



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**AS RELAÇÕES DE GÉNERO NA AGRICULTURA URBANA: O CASO DAS ZONAS
VERDES DE MAPUTO, 1980-2000.**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura
em História da Universidade Eduardo Mondlane

DENISE MARIA MALAUENE

HT-119

Maputo, Novembro 2002

**AS RELAÇÕES DE GÉNERO NA AGRICULTURA URBANA: O CASO DAS ZONAS
VERDES DE MAPUTO, 1980-2000.**

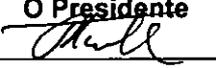
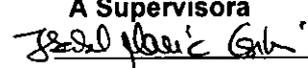
Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por DENISE MARIA MALAUENE

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade De Letras
Departamento De História

Supervisora: Prof. Dra. Teresa Cruz e Silva

Co-Supervisora: Dra. Isabel Maria Cortesão Casimiro

Maputo, 2002

O Presidente	A Supervisora	O Oponente	Data
			12/12/02

04

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 27255
DATA 17/12/2002
AQUISIÇÃO
COTA HT-119

631 (679)
M 239 π

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de licenciatura:

Ao meu filho Eric Silvino Tale que várias vezes foi privado do carinho e afecto maternal

À minha mãe Helena Zacarias Pedro Garrine e toda a família Garrine pelo apoio incondicional

Ao meu noivo Ilidio Zacarias Tale que com muita paciência e carinho acompanhou-me no decurso dos meus estudos

À memória do meu colega Sérgio Eduardo Nhampossa

AGRADECIMENTOS

É impossível agradecer a todos os que, de forma directa ou indirecta contribuíram para que ao longo dos cinco anos de estudo pudesse concluir o curso de licenciatura em História. Não obstante, alguns merecem uma menção e reconhecimento especiais. Sendo assim, endereço os meus mais profundos agradecimentos:

À minha mãe Helena Z.P. Garrine, aos meus irmãos Malauene, Gisela, Guidjima e Agness pelo apoio incondicional que me deram.

À Ana Maria, Silvino Tale e toda a família Tale pelo apoio, incentivo e amizade.

Às minhas supervisoras Prof. Dra Teresa Cruz e Silva e Dra Isabel Maria Cortesão Casimiro, pelo inestimável apoio, consideração, incentivo, paciência e por me terem encaminhado na elaboração desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Joel das Neves Tembe pelo incentivo e pelas oportunidades que me deu que me permitiram ganhar uma boa experiência de trabalho, o que de certo modo facilitou a realização da minha dissertação.

Ao Núcleo de Estudos de Terra, por ter financiado a realização desta dissertação.

À direcção, corpo docente e trabalhadores da Faculdade de Letras, bem hajam.

Aos meus amigos e colegas do curso de História, em especial Germano Dimande, Carolina Daniel, Marlino Mubai, Humberto Ossemane, Xavier Cadete, Paulo Lopes José, Napoleão Gaspar e ao dr. Paulo Covele do Departamento de Geografia pelos incentivos, amizade e companheirismo.

Ao administrador do Distrito Municipal nº5, Paulo Mhula.

Ao Director do Gabinete das Zonas Verdes de Maputo, Luciano Sambane.

Ao Director da Casa Agrária do Jardim, Gonçalves Banze e todos os trabalhadores desta instituição.

À Miséria, minha empregada que sempre me apoiou.

E a todos os entrevistados (ver fontes orais nas fontes consultadas) que me dispensaram o seu tempo durante a minha pesquisa de campo

LISTA DE ABREVIATURAS

AFROSEM	Fábrica de processamento de sementes
BM	Banco Mundial
CA	Casa Agrária
CEA	Centro de Estudos Africanos
DU5	Distrito Urbano nº5
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
Partido Frelimo	Designação adoptada após o III Congresso da FRELIMO
GAPPO	Gabinete de Apoio e Produção da Província de Maputo
GZV	Gabinete das Zonas Verdes
NOVAGRO	Empresa de sementes
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
ONG	Organização Não Governamental
PAE	Plano de Acção Económica
PANNAR	Loja de venda de meios e instrumentos de produção, sob a égide do GZV
PDP	Programa de Distritos Prioritários
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
PRN	Programa de Reconstrução Nacional
PROAGRI	Programa de Desenvolvimento Integrado do Sector Agrícola
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
SEMOC	Sementes de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UGC	União Geral de Cooperativas Agro-Pecuárias
UNAC	União Nacional dos Camponeses
ZVs	Zonas Verdes

CRONOLOGIA CONTEXTUALIZADA

- 1975 Independência nacional
- 1976 Criação do Gabinete de Apoio e Produção da Província de Maputo (Francisco, 1997:63)
- 1977 Terceiro Congresso da FRELIMO
- 1977/78 O sul de Moçambique é atingido por cheias
- 1980 Definição pelo presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, da política de produção das Zonas Verdes (GZV, 2000)
- Criação pelo Conselho de Ministros, do Gabinete das Zonas Verdes através da Resolução 235/CM/80 de 8 de Maio (Sambane, 1988; Christie, 1994; GZV, 2000)
- 1981 O centro e o sul do país são atingidos por uma seca
- Cria-se na estrutura do Gabinete das Zonas Verdes o Departamento de Apoio às Cooperativas (Sambane, 1988; Christie, 1994; UGC, 1998; GZV, 2000)
- Nasce a Empresa Hortofrutícola (Francisco, 1987: 63)
- 1982 Nasce a União Geral de Cooperativas Agro-Pecuárias (UGC, 1998)
- 1983 Quarto Congresso do Partido Frelimo (Abrahamsson e Nilsson, 1994; Chichava, s/d; Francisco, 1999)
- Formulação do Programa de Acção Económica
- 1983/4 Parcelamento e redistribuição das antigas quintas coloniais (Roth et.al., 1995: xxiv/ xxv)
- 1984 O país é afectado pelo ciclone Demoina
- 1984 Gabinete das Zonas Verdes desenvolve projectos hidráulicos para a reabilitação ou construção de redes de irrigação e de drenagem, para abertura de furos ou poços e instalação de bombagem, com assistência técnica e financeira da cooperação internacional (Sambane, 1988; GZV, 2000)
- Moçambique aderiu ao sistema do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional
- 1985 Introdução da categoria de preços livres, na política geral de preços de bens de consumo alimentares (Francisco, 1987)
- Algumas áreas de Maputo são oficialmente declaradas zonas verdes (Roth et.al., 1995:18; GZV, 2000)
- 1985/1989 1ª fase do projecto de assistência técnica às zonas verdes financiado pelo governo italiano, com assistência técnica da COOPTECNICAL nos distritos n.ºs 5 e 8 (Sambane, 1988; GZV, 2000)
- 1986 Limpeza de valas no Vale do Infulene (Lubbock, 1991)

- 1986/1989 Programa de apoio nutricional (JNSP) financiado pelo UNICEF e OMS nos distritos n°s 4, 5, 6 e 7(Sambane, 1988; GZV, 2000)
- 1986/92 Projecto de apoio em material de hidráulica e agricultura, financiado pela Caixa Central de Cooperação Económica (agora Caixa Francesa de Desenvolvimento) com o objectivo de recuperar 1.650 has de terra nos distritos n°s 3 e 4 (Sambane, 1988; GZV, 2000)
- 1987 Introdução do Programa de Reabilitação Económica
- 1988 Nasce a União Geral das Associações de Produtores das zonas verdes (Roth et.al., 1995: xxv/ 23)
- 1989/1993 2ª fase do projecto de assistência técnica às zonas verdes financiado pelo governo italiano, com assistência técnica da COOPTECNICAL nos distritos n°s 5 e 8 (Sambane, 1988; GZV, 2000)
- 1990 PRE transformado em Programa de Reabilitação Económica e Social
Entrada em vigor da nova Constituição da República
- 1992 Assinatura do Acordo Geral de Paz entre o Governo e a Renamo
Instalação da fábrica de processamento de sementes (AFROSEM) (GZV, 2000)
Abertura da Rádio Comunitária Zona Verde (GZV, 2000)
- 1994 Primeiras eleições Multipartidárias
Zonas verdes afectadas por um surto de peste suína (GZV, 2000)
- 1995 Fundação do Centro de Formação de Camponeses (GZV, 2000)
- 1997 Aprovação da Nova Lei de Terras (Lei n° 19/97)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Tipos de agregados familiares no DU5	19
Tabela 2.	Associações do DU5, por bairro, nº de membros e área ocupada	32
Tabela 3.	Arrolamento Geral de Animais no DU5, 2001.	42
Tabela 4.	Número de Criadores do DU5 por bairros.	42
Tabela 5.	Percentagem de mulheres dirigentes nas Associações de Produtores das zonas verdes do DU5	51

RESUMO

Em 1980 foi definida pelo malogrado presidente Samora Machel, a estratégia de produção nas zonas verdes, a ser implementada pelo Gabinete das Zonas Verdes criado no mesmo ano. Estas zonas verdes tiveram e continuam a ter, uma grande importância, no abastecimento da cidade capital em hortícolas, frutas, ovos e animais de pequena espécie, e na absorção de uma parte da mão de obra citadina, maioritariamente do sexo feminino para as quais a produção agrícola constitui estratégia de sobrevivência (são os casos de mães solteiras, mulheres com maridos ausentes a trabalharem na África do Sul, viúvas, separadas e divorciadas).

Esta dissertação estuda as relações de género na agricultura urbana com base nas zonas verdes de Maputo, no período que se estende de 1980 a 2000, com o objectivo de analisar a articulação entre a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do Distrito Urbano N°5 e as relações de género a nível das associações e dos agregados familiares.

Para se atingir este objectivo foram adoptados como métodos a pesquisa bibliográfica, as entrevistas semi-estruturadas, as histórias de vida e a observação participante.

Da análise dos dados recolhidos oralmente e seu cruzamento com as fontes escritas pode-se afirmar que a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 permite-lhe aceder ao poder a nível da associação, através da participação no processo de tomada de decisões e da ocupação de cargos com valor socialmente reconhecido como a presidência da associação, quebrando com a invisibilidade social da mulher característica do modelo patriarcal, um aspecto fundamental para a minimização da sua exclusão social. Ao nível do agregado familiar, a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 contribuiu para iniciar o processo de construção de novas relações de género. O que se verifica é que, com esta participação produtiva, a mulher ganha gradualmente acesso a recursos monetários, provenientes da comercialização da sua produção. Com estes recursos monetários, a mulher contribui para o agregado familiar em pé de igualdade ou de uma forma mais importante que o homem, de um modo que é socialmente reconhecido, deixando de ser apenas um simples membro da família e adquirindo uma existência social. Entretanto, as relações desiguais entre a mulher e o homem não se quebram totalmente com a independência económica da mulher obtida através da participação produtiva porque existem outros factores de ordem sócio-cultural e política que contribuem para a sua manutenção.

INDICE

Declaração	i	
Dedicatória	ii	
Agradecimentos	iii	
Lista de abreviaturas	iv	
Cronologia Contextualizada	v	
Lista de Tabelas	vii	
Resumo	viii	
Capítulo I	Introdução	1
	1. Contexto geral da dissertação	1
	2. Objectivos do estudo e motivação	3
	3. Problema de estudo e hipóteses	4
	4. Metodologia e fontes	6
	5. Quadro Teórico-Conceptual	10
	a) Agricultura Urbana	10
	b) Relações de Género	12
	6. Breve caracterização do Distrito Urbano nº5	18
Capítulo II	Percurso histórico das zonas verdes	21
Capítulo III.	Caracterização do sector familiar associativo das zonas verdes do Distrito Urbano nº5	32
Capítulo IV	Características da produção no sector familiar associativo das zonas verdes do Distrito Urbano nº5	36
	1. Características da produção	36
	2. Acesso e controlo da terra	43
	3. Acesso e controlo do crédito	45
Capítulo V	Relações de género ao nível do sector associativo das zonas verdes do Distrito Urbano nº5	50
	1. As relações de género dentro das associações	50
	2. As relações de género a nível dos agregados familiares	54
Conclusão		58
Fontes Consultadas		62
Anexos		

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. Contexto Geral da Dissertação

Na presente dissertação intitulada “As relações de género na agricultura urbana: o caso das zonas verdes de Maputo, 1980-2000”, pretendemos analisar a articulação entre a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do Distrito Urbano N°5 (DU5) e as relações de género a nível das associações e dos agregados familiares.

A dissertação está estruturada em 5 capítulos que constituem o corpo central do trabalho.

No capítulo I estão definidos o objecto, objectivos, a motivação, o problema de estudo e as hipóteses. Neste capítulo é descrita detalhadamente a metodologia e as fontes usadas para a elaboração do trabalho e é apresentado o quadro teórico-conceitual através da análise de dois conceitos chave para o estudo, designadamente, agricultura urbana e relações de género. O último subcapítulo é dedicado a uma breve caracterização da área de estudo.

O capítulo II é uma tentativa de descrever o percurso histórico das zonas verdes de Maputo, tendo em conta as várias estratégias de desenvolvimento agrícola definidas pelo governo que acabaram tendo a sua influência na dinâmica de produção nas zonas verdes. São os casos do Plano de Acção Económica em 1983, da Liberalização dos preços em 1985, do Programa de Reabilitação Económica em 1987, mais tarde Programa de Reabilitação Económica e Social em 1990 e do Programa de

Desenvolvimento Integrado do Sector Agrícola (PROAGRI) enquadrado no Plano Quinquenal do Governo, 1995-1999. Para além destes factores, outros como as calamidades naturais que se abateram sobre o país e a guerra civil tiveram a sua influência na dinâmica das zonas verdes.

No capítulo III procuramos caracterizar o sector associativo, sua composição, estrutura e organização administrativa.

O capítulo IV aborda as características da produção nas associações de produtores das zonas verdes do DU5, com enfoque para as actividades produtivas realizadas, o destino da produção, a divisão de trabalho, o acesso e controlo dos recursos (água, meios de produção, terra e crédito), procurando fazer uma análise com base nas relações de género.

No capítulo V são analisadas as relações de género dentro das associações e a nível dos agregados familiares das produtoras, e em seguida são apresentadas as principais conclusões.

Em anexo, apresentamos os instrumentos usados para a pesquisa, nomeadamente os guiões para as entrevistas e as histórias de vida realizadas a produtores de ambos os sexos nas nove associações existentes nas zonas verdes do DU5 e a lista dos funcionários da Casa Agrária do Jardim.

De referir que o presente estudo não pretende, de forma alguma, esgotar ou analisar exhaustivamente a generalidade dos factores abordados na temática das relações de género e agricultura urbana. Procuramos, de acordo com a metodologia descrita mais adiante, discutir os assuntos julgados relevantes, tendo em conta os objectivos do trabalho.

2. Objectivos do estudo e motivação

O objectivo geral deste trabalho, é analisar a articulação entre a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 e as relações de género a nível das associações e dos agregados familiares, no período compreendido entre 1980 e 2000.

No seguimento deste objectivo geral, os objectivos específicos são: i) descrever o percurso histórico das zonas verdes de Maputo; ii) caracterizar o sector associativo das zonas verdes do DU5 da cidade de Maputo; iii) analisar as actividades produtivas realizadas, o destino da produção, a divisão de trabalho, o acesso e controlo dos recursos (água, meios de produção, terra e crédito), a nível das associações de produtores das zonas verdes do DU5; iv) verificar o papel específico da mulher na produção v) analisar as relações de género dentro das associações e nos agregados familiares; vi) contribuir, embora de forma modesta, para melhorar o quadro teórico sobre as relações de género em Moçambique.

Os principais motivos e a justificação para a abordagem deste tema residem no facto de:

- O Gabinete das Zonas Verdes ter sido pioneiro na implementação da estratégia de produção nas zonas verdes de Maputo, em 1980, logo após a sua criação.
- As associações de produtores das zonas verdes do DU5 contribuírem para o abastecimento à cidade de Maputo em hortícolas, aves, flores, combustíveis lenhosos e outros, diminuindo assim a dependência dos bens alimentares provenientes das zonas rurais e uma parte das importações sobre o mesmo tipo de mercadorias;

- As associações de produtores das zonas verdes do DU5 serem maioritariamente constituídas por mulheres — 80% do total dos produtores — grande parte das quais sem outros meios de sobrevivência e para as quais a produção agrícola constitui estratégia de sobrevivência (são os casos de mães solteiras, mulheres com maridos ausentes, a trabalharem na África do Sul, viúvas, separadas e divorciadas);
- A participação produtiva permitir à mulher aceder a recursos financeiros, ganhar uma liberdade económica, contribuir para o sustento da família, e contribuir para quebrar com a tradicional dependência económica em relação ao homem, ainda que de forma ténue;
- Nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 as mulheres participarem no processo de tomada de decisão e na liderança;
- Não terem sido encontrados durante a pesquisa bibliográfica, estudos referentes às relações de género a nível das associações de produtores das zonas verdes do DU5 composto por cerca de 67% dos produtores urbanos neste distrito¹. Foram encontrados mais estudos referentes à problemática do género nas cooperativas agro-pecuárias.

3. Problema de estudo e hipóteses

Na cidade de Maputo, a agricultura urbana é praticada maioritariamente pela mulher o que lhe proporciona a oportunidade para ganhar e reter o controle dos seus ganhos, contribuir para o rendimento e segurança alimentar familiar, para além de

¹ Dos 2517 produtores existentes no DU5, 17% pertence ao sector cooperativo, 10% ao sector familiar disperso, 6% ao sector privado e os restantes ao sector familiar associativo.

aumentar as suas capacidades e possibilidades de negociação, de decisão e de liderança na comunidade.

Este aspecto tem reflexos de particular importância, quando se atende ao facto do orçamento da maioria das famílias na cidade de Maputo estar dependente de inputs de várias fontes de rendimento, entre as quais podemos mencionar o trabalho assalariado, os rendimentos provenientes dos trabalhadores migrantes, e da agricultura familiar, e ao facto da idade, sexo, e educação não permitir à maioria das mulheres que serão objecto do nosso estudo o acesso a um emprego assalariado.

Porém, a questão que se coloca é até que ponto a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 se articula com as relações de género a nível da própria associação e do agregado familiar?

Perante este problema, as hipóteses que levantamos são:

1. A participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 permitiu à mulher aceder a postos de liderança a nível da associação, através da participação no processo de tomada de decisões que lhe conferem o poder de poder decidir sobre assuntos em seu próprio benefício, e da ocupação de cargos com valor socialmente reconhecido como a presidência da associação, contribuindo assim para quebrar a invisibilidade social da mulher característica do modelo patriarcal, um aspecto fundamental na minimização da sua exclusão social.
2. A participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 contribuiu para iniciar o processo de construção de novas relações de género a nível do agregado familiar. Com esta participação produtiva, a mulher ganha gradualmente acesso a recursos monetários,

provenientes da comercialização da sua produção, o que lhe permite contribuir para o sustento da família, em pé de igualdade ou de uma forma mais importante que o homem no orçamento familiar, de um modo que é socialmente reconhecido.

4. Metodologia e Fontes

Para a realização desta investigação, recorreremos a diversos métodos de investigação em ciências sociais, nomeadamente a pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida e observação participante.

De Outubro de 2000 a Janeiro de 2001 foi efectuada a pesquisa bibliográfica em várias instituições nomeadamente o Arquivo Histórico de Moçambique, a Faculdade de Letras (Biblioteca da Faculdade, Centro de Documentação do Curso de História), o Departamento de Antropologia e Arqueologia, o Núcleo de Estudos de Terra, o Centro de Estudos da População, a Faculdade de Economia, a Faculdade de Agronomia, o Centro de Estudos Africanos (Centro de Documentação, Departamento de Estudos de Mulher e Género), o Ministério da Agricultura (Centro de Documentação Agrária), o Gabinete das Zonas Verdes, a Casa Agrária do Jardim e a União Geral de Cooperativas Agro-Pecuárias de Maputo (UGC).

Esta pesquisa bibliográfica permitiu-nos desenvolver as partes metodológica, teórica e prática que compõem a dissertação.

Para a parte metodológica, foram consultados autores como Amaral (1995), Gil (1991), Richardson (1999), Quivy e Campenhoudt (1992) e Eco (1991) para a preparação do projecto de pesquisa, do trabalho de campo e para a elaboração do texto da dissertação.

Para o desenvolvimento da parte teórico-conceitual da dissertação, os trabalhos de Mougeot, Dongus (2000), Hovorka (1998), Madaleno (2000), Maxwell (1994), Sawio (1993) e Tinker (1995) são referências importantes para a percepção do conceito de agricultura urbana. Por seu turno, Negrão (1998), Loforte (2000), Andrade (1997), Moore (1999), CEA/FM/SARDC (2000), Scott, Young, Arnfred, Casimiro e Andrade (1992) e Casimiro (1999) elucidam-nos sobre o conceito de género e sobre a situação da mulher na sua relação com o homem e enquadrada na sociedade em Moçambique.

Os autores Massingarella et. al. e Meijia (2000) debruçam-se sobre o conceito de associações desenvolvido no III capítulo, enquanto que Waterhouse e Vijfhuizen (2001), e Roth et. al. (1995), abordam questões ligadas à terra, sendo o acesso à terra pela mulher estudado por CEA/FM/SARDC (2000), Negrão (1998), Andrade et. al. (1997), que juntamente com o conceito de crédito estudado por Assane (1999), Manganhele (1999), Laice (2000) e Silva (1996), são desenvolvidos no IV capítulo.

Com relação à parte prática da dissertação, para a contextualização histórica das zonas verdes são de realce os autores Abrahamsson e Nilsson (1994), Castel-Branco (1994), Francisco (1999), Chichava (s/d), O'Laughlin (1981) que abordam as questões relacionadas com a dinâmica da estrutura agrária no país em função dos diferentes planos estratégicos adoptados pelo governo, com enfoque para o PRE e as suas consequências.

Os escritos dos autores Sambane (1988), Kathleen (2002), Christie (1994), Ayisi (1995), Raffi e Teyssier (1988), Lubbock (1991), Silva (2002) e as publicações do GZV e da UGC constituem ferramentas essenciais para a compreensão da dinâmica das zonas verdes, características da produção e aspectos sócio-culturais a elas inerentes. As perspectivas de abordagem destes autores serão desenvolvidas ao longo da dissertação.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica foram efectuadas visitas de contacto à direcção da Casa Agrária (CA) do Jardim com vista a obter informação preliminar sobre a área de estudo. Nestas visitas foram apresentados os objectivos da pesquisa, foram identificados os contactos locais (os monitores agrários) e foram definidos os locais para a realização do trabalho de campo. De salientar que a realização das entrevistas e histórias de vida foi planificada localmente com a colaboração da direcção e dos monitores agrários da CA do Jardim.

Seguiu-se a recolha de dados nas associações de produtores das zonas verdes do DU5, designadamente, 25 de Setembro no bairro Luís Cabral, Augusto Chirute no bairro Inhagóia, 19 de Outubro no bairro 25 de Junho, Marcelina Chissano no bairro de Bagamoio, Força do Povo no bairro George Dimitrov, Janet Mondlane no bairro do Zimpeto, Marcelina Chissano no bairro do Zimpeto, Josina Machel no bairro do Zimpeto e Centro Agro-Pecuário das Mulheres da Organização da Mulher Moçambicana no bairro do Zimpeto, durante o mês de Fevereiro de 2002.

A selecção dos testemunhos orais, homens e mulheres praticantes da actividade agrícola no sector associativo foi orientada pelos objectivos de pesquisa e pelas hipóteses apresentadas. Foram efectuadas seis entrevistas semi-estruturadas a informantes chave, nomeadamente o administrador do DU5, o director e os responsáveis pela pecuária, planificação e aprovisionamento da CA do Jardim e o coordenador executivo da União Nacional de Camponeses (UNAC) que também trabalhou na UGC. Foram ainda efectuadas entrevistas semi-estruturadas a vinte produtores agrícolas, seis homens e catorze mulheres, onde, para além de dados operatórios simples como a idade, o estado civil, o nível de escolaridade, a composição familiar, a posição do entrevistado relativamente à chefia do agregado familiar, interessava-nos obter dados sobre a sua



entrada nas ZVs, características da produção, actividades prioritárias para homens e mulheres, divisão sexual do trabalho, acesso e controle dos recursos, comercialização, controle do rendimento, informação, rede comunitária, tecnologia usada e contributo da mulher na família (Anexo1: Guião de entrevistas semi-estruturadas). A participação da mulher nas entrevistas foi privilegiada pelo facto de representarem maior número dos associados, aliado ao facto de as termos encontrado mais facilmente nas suas machambas.

As histórias de vida foram efectuadas a cinco agricultores, dois homens e três mulheres, quatro a praticarem a agricultura nas zonas verdes desde o início dos anos 80 e um há apenas dois anos (Anexo2: Guião de histórias de vida). Era nosso objectivo perceber a dinâmica das zonas verdes e o seu impacto no concernente às relações de género a nível familiar e na comunidade.

Aliados a estes métodos efectuamos o exercício de observação participante através da convivência com os produtores no seu dia a dia nas machambas e nas casas, onde pudemos apreender melhor a sua vida na produção, na relação com a família e com a comunidade, seguindo o plano defendido por Iturra de que a "*... observação participante no trabalho de campo visa, por um lado, construir um documento e, por outro, acumular informação sobre o mesmo povo para contextualizar melhor o seu comportamento*"². Efectuamos ainda conversas informais com os monitores agrários da CA do Jardim e com pessoas da comunidade que têm relação com as zonas verdes, mais precisamente os compradores.

² Iturra, R. 1989, "Trabalho de campo e observação participante em antropologia" In *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento, p.152, citado por Loforte, 2000:14.

Pelo facto de não termos conseguido localizar um mapa das associações dos produtores das zonas verdes no DU5, foi necessário efectuar o seu mapeamento. Para tal, foi feita a recolha de dados no DU5 com ajuda do GPS (Sistema de Funcionamento Global) um instrumento que dá a posição dos objectos na superfície da terra em termos das suas coordenadas (x e y). Posteriormente, estes dados foram processados no programa GIS (Sistema de Informação Geográfica) que serve para colecta, armazenamento, processamento, análise e visualização da informação espacial, donde obtivemos o mapa das associações que é apresentado nesta dissertação.

Depois de efectuado o tratamento dos dados, foi elaborado este texto onde analisamos as informações obtidas e apresentamos as nossas conclusões.

5. Quadro Teórico-Conceptual

Analiticamente, alguns conceitos como agricultura urbana e relações de género desempenharão uma grande importância na compreensão e operacionalização das hipóteses, o que poderá conduzir a um melhor entendimento e discussão do problema.

a) Agricultura urbana

Apesar da aparente contradição das duas palavras que compõem a expressão “agricultura urbana”, ela não exprime nada de novo como actividade urbana de base, pois nas sociedades antigas já se praticava. Literalmente falando, agricultura urbana significa estabelecer a prática agrícola dentro ou nas margens de cidades ou centros urbanos.

Mas esta é uma forma simplista de definir um sistema mais complexo e dinâmico. Sendo assim, na sua definição é preciso ter em conta outros aspectos referidos por diversos autores como a produção de produtos como plantas alimentares e não

alimentares, árvores de fruta, combustíveis lenhosos, ervas aromáticas e medicinais, flores, e criação de animais como aves domésticas, abelhas, coelhos, porcos, virados para o uso urbano através do consumo próprio dos produtores ou da comercialização³.

Silva defende a necessidade de questionarmos quem são os agricultores urbanos visto ser difícil delimitar o urbano do peri-urbano que também se mistura com o rural⁴. Sobre esta questão, Bibangambah citado por Maxwell prefere definir a agricultura urbana como “*a ruralização da cidade*”⁵. Porém, para o caso da cidade de Maputo, na definição dos agricultores urbanos é preciso levar em conta o peso da produção agrícola no abastecimento das cidades e a sua contribuição para o rendimento das famílias da cidade capital⁶.

A agricultura urbana é maioritariamente praticada pelas mulheres e sobre esta questão, Silva afirma que a prática desta actividade por mulheres constitui o prolongamento de uma existência rural em cidadãos não plenamente adaptados, obrigados a praticar esta actividade pela situação económica⁷, mas é também uma estratégia de sobrevivência para mulheres que não possuem outras formas de renda⁸ – particularmente as mulheres chefes de família⁹ – e uma forma de complemento da renda familiar para os que têm outras formas de rendimento. Nenhum destes autores vê na agricultura urbana uma forma de acumulação de riqueza devido às suas características.

³ Ver Christie (1994), Drescher et al (s/d), Maxwell (s/d), Tinker (1995), Madaleno (2000).

⁴ Silva, 2002:406.

⁵ Maxwell, 1994.

⁶ Silva, 2002:406.

⁷ Ibidem.

⁸ Ver Madaleno (2000), Sawio (1993), Tinker (1995).

⁹ Tinker, 1995: 1. Sobre os praticantes da agricultura urbana, Sawio, fazendo análise de algumas pesquisas realizadas por diversos autores em diversos países africanos, constata que uma grande percentagem dos praticantes da agricultura urbana é do sexo feminino. Por exemplo, no Uganda 2/3 dos produtores urbanos são mulheres e na Tanzânia 72% de agricultoras são mulheres. Este autor afirma ainda que a agricultura urbana é feita por quase todas as classes sociais, portanto não é uma actividade social marginal (Sawio, 1993).

Uma crítica que se tem colocado à agricultura urbana prende-se com pretensas repercussões negativas sobre a saúde pública e o meio ambiente, no sentido de causar doenças e poluição. Porém, há uma concordância dos diversos autores que os riscos possíveis para a saúde e meio ambiente são ínfimos se comparados com as vantagens da produção agrícola alimentar urbana: melhoria da segurança alimentar, fornecimento dos rendimentos e empregos adicionais para os residentes urbanos de pobre e médio rendimento, e contribuição para um meio ambiente urbano saudável.

O conceito de zonas verdes (ou cinturões verdes) que iremos usar no trabalho está enquadrado na problemática de agricultura urbana, e é definido por Silva como,

... formas com que se designam as faixas agrícolas que circundam as vilas rurais das cidades. Nelas se faz uma produção agro-pecuária para o abastecimento das zonas urbanas, em produtos como vegetais, frutas, ovos, aves e animais de pequena espécie, constituindo em muitos casos fontes para o abastecimento em combustíveis lenhosos para os mercados urbanos¹⁰.

b) Relações de género

O nosso ponto de partida baseou-se na necessidade de saber até que ponto a participação produtiva da mulher nas associações de produtores nas zonas verdes se articulava, ou não, com a forma como eram estruturadas as relações de género a nível do agregado familiar e da comunidade. Neste contexto, é necessário analisar a problemática em torno das relações de género.

Género é uma construção histórica e social, cujas referências partem das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas de sexo. Este termo chama a atenção para as diferenças e desigualdades sociais dos homens e das mulheres¹¹, definidas pela sociedade, e que atribuem diferentes papéis e formas de

¹⁰ Silva, 2002: 409.

¹¹ O conceito de desigualdade de género é decorrente da igualdade de género que significa não haver discriminação com base no sexo na alocação dos recursos e no acesso aos serviços. Para acabar com as

comportamento para homens e mulheres. Estas desigualdades entre homens e mulheres que foram construídas através da história da humanidade por meio dos costumes, ideias, atitudes, crenças e regras criadas pela sociedade, são aprendidas através de um processo de socialização — na família, no grupo social, na comunidade, na escola, etc. — e variam com o tempo, o lugar e as culturas.

No seu uso mais recente este termo aparece a partir dos anos 70 altura em que feministas de língua inglesa introduzem a categoria de género — relações sociais entre homens e mulheres em sociedades concretas e determinadas — considerando-a fundamental para a análise de uma sociedade que não pode apenas ser reduzida às relações de classe¹².

Relações de género são fundamentalmente relações de poder. Poder é definido por Dye como sendo a capacidade de afectar a conduta dos indivíduos através do uso (ou ameaça de uso) da recompensa ou da punição, que é exercido sobre os indivíduos ou grupos oferecendo-lhes “coisas” que eles valorizam¹³ e ameaçando de os privar dessas mesmas “coisas”¹⁴. Portanto, para exercer o poder é preciso ter o controlo sobre as “coisas” que são valorizadas na sociedade.

Townsend et. al., que conduziram um estudo sobre a mulher e poder, referem-se a quatro formas de poder¹⁵, onde destacamos o ‘poder sobre’ definido como o poder que

desigualdades de género é necessário que haja uma abordagem de equidade de género que assegure à mulher uma partilha mais justa de benefícios e responsabilidades na sociedade, um tratamento igual perante a lei, um acesso igual aos serviços sociais incluindo educação e um pagamento igual pela força de trabalho.

¹² Casimiro, 1992: 101.

¹³ Dye, 2002:2. Estas “coisas” incluem segurança física, saúde, bem estar, riqueza, bens materiais, emprego, meios de sobrevivência, conhecimentos e habilidades, reconhecimento social, estatuto, prestígio, amor, afecto, aceitação pelos outros, auto-respeito (Ibidem).

¹⁴ Dye, 2002: 2.

¹⁵ Townsend et al, 1999:30. Para além do ‘poder sobre’, Townsend et. al. distinguem o ‘poder de dentro’ que vem do reconhecimento do indivíduo, neste caso da mulher da necessidade de obter auto-confiança, auto-estima, de empoderar-se; o ‘poder com’ que é a capacidade de obter com outros aquilo que o

uma pessoa ou grupo tem de levar outra pessoa ou outro grupo a fazer algo que não quer, particularmente (mas não simplesmente) exercitado por homens ou grupos de homens, e que, nas relações sociais de género constitui o principal factor para a manutenção da subjugação e exclusão da mulher que se verifica em muitas sociedades¹⁶.

As bases do poder são geralmente interdependentes, por isso, pessoas que controlam um certo recurso valioso na sociedade, são mais propensas a controlar também outros recursos. Recursos como riqueza, poder económico, reconhecimento, prestígio, educação e respeito, têm uma tendência de “caminharem juntos” e, sendo assim, quem tiver o controlo destes recursos tem mais probabilidades de exercer o poder¹⁷. Neste contexto, Loforte que estudou as relações de género e poder entre os Tsonga de Moçambique, argumenta que o poder está sujeito à contestação pelos mais desfavorecidos socialmente através do desenvolvimento de estratégias que visam reduzir o seu campo de acção, porque, apoiando-se na desigualdade, por vezes acentuada, este garante privilégios aos seus detentores¹⁸.

Nesta dissertação, abordaremos as relações de género na sua articulação com o acesso e controlo dos recursos, com a participação no benefício, com a participação na tomada de decisões e com a divisão de trabalho a nível das associações de produtores das zonas verdes e dos agregados familiares a que pertencem.

Na sociedade dominada pelo modelo patriarcal (ou androcático) onde as relações de poder interrelacionam-se com o modelo económico dominante, o acesso e

indivíduo não pode obter sozinho; e o ‘poder para’ que envolve o acesso a uma série de habilidades e potencialidades humanas que permitem à mulher reconstruir-se e reinventar-se (Ibidem:30/33). Como por exemplo, a filiação a uma organização social como associação ou cooperativa, que permite à mulher adquirir capacidades para transformar-se noutra pessoa, neste caso menos submissa e menos dependente economicamente do homem.

¹⁶ Townsend et. al., 1999:26/30.

¹⁷ Dye, 2002:3.

controle dos recursos, a participação no benefício, a participação na tomada de decisões e a divisão de trabalho estão em conformidade com o modelo dominante, neste caso pelo poder masculino¹⁹.

No tocante ao acesso e controlo de recursos, Mejia na sua pesquisa baseada num estudo de caso realizado no distrito da Manhiça sobre as dinâmicas locais nas associações de camponeses, afirma que é possível ter acesso e não ter controlo dos recursos, isso porque o acesso pode implicar um estágio inferior de capacidade de chegar a, e de usar um recurso, enquanto que o controlo implica uma posição de poder que confere poderes políticos àquele que o detém²⁰. No caso da mulher, Mejia refere que elas têm acesso, mas este não garante o controle, mas apenas assegura a solução de necessidades práticas para a subsistência²¹, porque quem toma as decisões em último lugar é o homem. Este aspecto será tratado por nós ao longo deste estudo.

Esta autora fala ainda da gestão autónoma dos recursos e de funções delegadas. Diz ela que há agregados familiares em que os elementos femininos exercem funções e possuem uma gestão autónoma dos recursos, enquanto noutros estas funções são delegadas. Esta situação é motivada pelo facto de o maneio autónomo conduzir à tomada de decisões pela autoridade que lhe é conferida, o que se traduz no uso dos meios ao seu dispor, incluindo a própria terra, o trabalho, o crédito, o capital e a distribuição dos rendimentos da família para os diferentes gastos, enquanto que, na função delegada o poder é limitado e implica o uso dos recursos na base de uma autoridade delegada pelo esposo ou por outros membros da família²².

¹⁸ Loforte, 2000:30.

¹⁹ Mejia, 2000:7.

²⁰ Ibidem:7/8.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem:8.

Com relação à participação na tomada de decisões, Loforte argumenta que embora a proeminência dos homens no poder político seja real, as mulheres detêm igualmente efectivos lugares de poder quer a este nível, quer a nível económico e religioso, e no estudo de caso do bairro de Laulane podemos observar inúmeras estratégias das mulheres para acederem ao poder²³.

No concernente à divisão de trabalho²⁴, Andrade et. al. refere que é através desta que as relações de género ganham a sua plena dimensão no sistema socialmente construído baseado no sexo/género²⁵.

Dentro dos debates teóricos das feministas ocidentais fala-se da existência de domínios específicos de género, nomeadamente o domínio privado ao qual a mulher é associada, subjugado pelo domínio público no qual o homem é quem domina. Esta definição está relacionada com os dualismos característicos da cultura ocidental que têm a sua origem na dicotomia natureza/cultura na qual a mulher está ligada à natureza devido à sua função reprodutora (procriação, educação dos filhos) enquanto que o homem, pelo facto de não ter o peso da função reprodutora está mais livre para lidar com a cultura, com a produção do conhecimento²⁶.

Entretanto, para a realidade africana em geral e moçambicana em particular, esta dicotomia público/ privado não se aplica literalmente porque, como diz Loforte, o domínio doméstico da família e o domínio público do trabalho não estão completamente

²³ Loforte, 2000: 29.

²⁴ A divisão sexual de trabalho descreve os modelos sociais onde homens e mulheres desempenham papeis de género diferenciados.

²⁵ Andrade et.al., 1997:30.

²⁶ Ortner, S, 1974, "is female to male as nature is to culture", in Rosaldo, M.Z. e Lamphere (eds), *women, culture and society*, Stanford University Press, p.73, citada por Loforte, 2000: 38. Ver também, Moore, 1999: 36.

separados²⁷. Exemplo desta realidade é a constatação de Andrade et. al. de que na família urbana, à parte do trabalho doméstico, a mulher desempenha outras actividades fora do lar com o objectivo de complementar a renda familiar, acumulando assim as actividades domésticas e as actividades desempenhadas fora do lar²⁸.

Sendo assim, o conceito de domínio de género que mais se aproxima à realidade do nosso estudo é de Long, citado por Waterhouse e Vijfhuizen, que define domínio como sendo:

*“... áreas da vida social que são organizadas por referência a uma série de práticas e valores inter-relacionados que, mesmo quando não percebidos exactamente do mesmo modo por todos, são apesar de tudo conhecidos como um ‘locus’ de certas regras, normas e valores implicando graus de compromisso social, frequentemente com algumas marcas espaciais”*²⁹

De uma forma geral, o poder é atribuído ao homem a partir do reconhecimento e valorização social das funções por ele exercidas — trabalho assalariado, tomada de decisões consideradas fundamentais na família e na comunidade, etc. —, enquanto que as funções exercidas pela mulher — trabalho doméstico, cuidar das crianças, trabalho na machamba, etc. — não são visibilizadas e valorizadas mesmo que sejam um factor determinante na existência dessa sociedade. Para contrapor esta situação, Mejia afirma que um objectivo estratégico na luta pela mudança seria o reconhecimento social do que representa na sociedade, o simbólico, os saberes e fazeres da mulher, e esse reconhecimento social tem que passar pelo reconhecimento da existência do poder

²⁷ Loforte, 2000:41.

²⁸ Andrade et. al., 1997: 35.

²⁹ Long, N., 1997, “Agency and constraint, perceptions and practice. A theoretical position”, in Norman Long & Henk de Haan (eds.), *Images and realities of rural life: Wageningen perspectives of rural transformations*, Van Gorcum, The Netherlands, p. 5, citado por Waterhouse e Vijfhuizen, 2001:9.

feminino como igual na esfera do poder, e ao mesmo tempo diferente em termos das suas manifestações, actividades, funções e interesses³⁰.

6. Breve Caracterização do Distrito Urbano Nº5

O DU5 localiza-se na cidade de Maputo, capital da República de Moçambique, no extremo sul do país. Tem uma área de 4895,53ha (52km²)³¹ e uma densidade populacional de 211.008 habitantes³². Tem como limites a norte o distrito de Marracuene pela Estrada de Grande Maputo que se situa a sul de Marracuene; a sul o Distrito Urbano nº2 pela avenida da Namaacha, zona dos caminhos de ferro e estuário de Maputo; a este o Distrito Urbano nº2 através da Avenida de Moçambique, o Aeroporto Internacional de Maputo e o Distrito Urbano nº4 pela rua 5751; e, a oeste o Município da Matola pelo *talvegue*³³ do rio Infulene³⁴.

Está administrativamente dividido em 12 bairros, designadamente Luís Cabral, Jardim, Inhagóia "A", Inhagóia "B", Nsalene, 25 de Junho "A", 25 de Junho "B", Bagamoio, George Dimitrov, Malhazine, Magoanine e Zimpeto, e em 472 quarteirões.

Segundo o INE, no DU5 existem 37.577 agregados familiares com uma média de 5.53 membros, na sua maioria com mais de 15 anos de idade³⁵. Mais de 50% destes agregados familiares são do tipo alargado e 23,3% são do tipo nuclear com filhos³⁶.

³⁰ Mejia, 2000:6.

³¹ Dados fornecidos na Administração do DU5.

³² INE, 1998:7.

³³ Talvegue é definido como sendo o fundo do leito de um rio ou a linha que une os pontos mais baixos do leito de um rio; o fundo de um vale (Costa, J.A., Melo, A.S. e, 1984, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Lisboa, Posto Editora, 1582).

³⁴ Dados fornecidos na Administração do DU5.

³⁵ INE, 1998:11,13.

³⁶ *Ibidem*:14.

Tabela 1. Tipos de agregados familiares no DU5

DISTRITO URBANO	Total	TIPO DE AGREGADO FAMILIAR ⁽¹⁾						
		Unipessoal	Monoparental ⁽²⁾		Nuclear		Alargado ⁽³⁾	Outro
			Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos		
1	2	3	4	5	6	7	8	
DISTRITO URBANO Nº 5	37,577	2,954	745	2,981	8,764	1,389	20,681	63
%	100	7,9	2	7,9	23,3	3,7	55	0,2

Fonte: II Recenseamento Geral da População e Habitação, Resultados Definitivos – Cidade de Maputo, 1997: 14
A percentagem foi calculada por nós.

- NOTAS:
- 1) Incluem-se os agregados familiares que vivem em habitações particulares e colectivas (só hotéis e pensões)
 - 2) Família com um dos pais.
 - 3) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Ainda citando o INE, embora a maior parte dos agregados seja chefiada por homens, este distrito possui um número considerável de agregados chefiados por mulheres, cerca de 30% do total dos agregados familiares existentes no distrito³⁷.

A actividade produtiva básica deste distrito é a agro-pecuária, pelo facto de a população aproveitar a cintura verde no vale do Infulene, onde se produzem fundamentalmente hortícolas e se criam maioritariamente frangos³⁸. A área total das zonas verdes do distrito é de 2.323,6 ha distribuída pelos sectores cooperativo, privado e familiar associativo e disperso³⁹. O Sector Cooperativo é composto por 12 cooperativas com 435 membros a trabalharem numa área de 76,33 Has⁴⁰. O Sector Privado é composto por 148 produtores que ocupam 399,41 Has para produção agrícola e pecuária

³⁷ Ibidem.

³⁸ Paulo Mhula, entrevista, 24/07/02.

³⁹ Dados fornecidos na Casa Agrária do Jardim.

⁴⁰ Nas cooperativas a terra e os meios de produção são colectivos, embora alguns membros possuam também uma machamba familiar o que mostra que estes não estão na cooperativa a tempo inteiro. A cooperativa dá um salário e ao mesmo tempo dá a possibilidade de acesso a uma parte da produção e aos serviços sociais como as creches, escolas, etc. A estrutura central das cooperativas é a União Geral com uma assembleia geral e uma comissão de gestão, para além de uma série de serviços que vão desde a formação, construção, transporte, contabilidade, serviços estes que assumiram o carácter de empresa.

— área para a qual têm mais inclinação – inteiramente destinados à comercialização⁴¹. O sector familiar divide-se em sector familiar disperso e sector familiar associativo. O Sector familiar disperso é composto por 250 famílias numa extensão de 210,6 Has e que não fazem parte nem de uma associação, nem de uma cooperativa⁴².

Os bairros de Magoanine e Malhazine não se situam ao longo do Vale do Infulene e por isso dispõem de terras áridas, porém, Magoanine possui um lago que proporciona terras húmidas para o plantio de hortícolas.

⁴¹ Em geral, os produtores privados são caracterizados por terem pelo menos um assalariado. Entretanto, esta definição não pode ser aplicada à realidade actual visto existirem produtores no sector familiar que possuem um ou mais empregados. Outros aspectos como o tamanho da terra, o tipo de produto, a quantidade e o destino da produção devem ser tidos em conta na definição do sector privado.

⁴² Dados fornecidos na Casa Agrária do Jardim.

CAPÍTULO II

PERCURSO HISTÓRICO DAS ZONAS VERDES

A política de produção nas zonas verdes foi definida em 1980 pelo presidente Samora Moisés Machel, como resultado de diversos factores:

i) — Primeiro, o êxodo dos portugueses com a independência, reduziu o pessoal qualificado e semi-qualificado na força de trabalho e resultou numa severa crise económica, levando o governo a iniciar uma reestruturação económica que passou pelas nacionalizações à delineação em 1977 com o Terceiro Congresso da FRELIMO, de novas estratégias de desenvolvimento que assentavam na socialização e criação de aldeias comunais no campo, na industrialização do país e na formação da força de trabalho⁴³. Define-se o sistema de produção cooperativo como um instrumento fundamental para o desenvolvimento da agricultura e absorção do sistema de produção familiar, porém, as cooperativas que se formam numa primeira fase são ineficientes. São criadas as machambas do povo, porém estas foram de pouca duração porque, segundo Raffi e Teyssier, estavam mal organizadas e como tal, eram pouco produtivas⁴⁴. Como podemos constatar, as medidas de política económica implementadas não se revelaram muito adequadas para travar o agravamento da crise económica do país.

ii) - Segundo, como havíamos referido, após a independência o governo nacionalizou as principais áreas económicas e sociais: terra, banca, saúde, educação, advocacia, agências funerárias e, prédios e propriedades abandonadas pelos portugueses, visando eliminar os privilégios tanto das minorias brancas como das potenciais minorias

⁴³ Machel, 1983:32; Abrahamsson e Nilsson, 1994: 212

⁴⁴ Raffi e Teyssier, 1988: 52

moçambicanas melhor posicionadas⁴⁵. Neste contexto, e aliado a outros factores, vemos a ocupação espontânea de casas, apartamentos, lojas e quintas abandonadas pelos portugueses nas zonas urbanas e sua periferia, por pessoas provenientes das zonas rurais⁴⁶. Nas terras e quintas abandonadas pelos colonos nas zonas peri-urbanas inicia-se a prática agrícola mas o nível produtivo é baixo devido à falta de experiência e tradição de como utilizar e gerir os meios e os factores de produção, e à carência quase total no país de material para a manutenção e reposição desses meios de produção⁴⁷.

iii) - Terceiro, enquanto os mineiros moçambicanos a trabalhar nas minas sul africanas tinham constituído uma fonte comum e importante de emprego durante a época colonial, a imposição de restrições de emigração de mineiros pelo governo sul africano diminuiu consideravelmente as fontes de divisas do país, o que acarretou problemas graves não só na economia do país, como também afectou o orçamento das famílias que dependiam destes salários para sobreviver.

iv) - Quarto, o impacto das calamidades naturais (e a conseqüente queda das exportações agrícolas e dos rendimentos nas zonas rurais) combinada com a guerra civil, particularmente de 1980 em diante, encorajaram a migração rural-urbana numa escala massiva, de pessoas à procura de emprego, terra e segurança. ✕

De modo a atingir os objectivos definidos na política das zonas verdes, que incluíam a absorção dos residentes urbanos desempregados e o aumento da segurança alimentar das áreas urbanas, foi estabelecido o Gabinete das Zonas Verdes, criado

⁴⁵ Francisco, 1999: 22.

⁴⁶ Roth et.al., 1995: 14.

⁴⁷ UGC, 1999: 3.

através da Resolução 35/CM/80 de 5 de Maio de 1980 do Conselho de Ministros⁴⁸, que tem nas casas agrárias o elo de ligação directo com os produtores⁴⁹.

O Gabinete assumiu as suas funções actuais em 1982 com tarefas de assistência técnica, divulgação e organização do sector agrícola nas zonas verdes de Maputo. Antes estava encarregado de absorver a população desempregada através da criação de possibilidades de trabalho agrícola. Possui uma dupla subordinação: depende tecnicamente do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e administrativamente do Concelho Municipal da Cidade de Maputo.

Dando enfoque ao movimento associativo, as associações de produtores organizaram-se nos primeiros dias após a independência, em actividades anteriormente levadas a cabo numa base colectiva, como por exemplo limpar valas de irrigação. Com a criação do GZV há um estímulo no sentido de organizar essas mesmas associações e formar outras com base no sector familiar disperso, de modo a facilitar o acesso a apoios externos. A função da associação era basicamente fornecer insumos aos associados⁵⁰.

⁴⁸ Pelo facto de esta resolução do Conselho de Ministros não ter sido publicada no Boletim da República, o GZV tem vindo até hoje a funcionar sem que tenha uma base jurídica que o institucionaliza, o que cria embaraços no relacionamento com outras instituições, visto não existir Diploma de Criação nem Regulamento do seu funcionamento, ou Estatuto (GZV,2000:3). Reflexo disso é que os trabalhadores do GZV não eram tidos como funcionários do Estado e como tal, encontravam-se na situação de fora de quadro e contratados ao abrigo do artigo 34º do Estatuto Geral do Funcionário do Estado. Actualmente estão integrados no Novo Sistema de Carreiras e Remuneração, embora o GZV não possua Quadro de Pessoal, não havendo desta forma progressão na carreira (Ibidem:12).

⁴⁹ Para além de fornecer assistência técnica aos produtores, meios de produção (sementes, pesticidas e instrumentos de trabalho), as Casas Agrárias tinham ainda a responsabilidade de organizar e controlar a produção o que as levou a participar na entrega de talhões e parcelamento das machambas familiares cujo tamanho e formas não correspondiam a critérios técnico-económicos, e, na mobilização dos produtores para melhoramentos e benfeitorias comuns, em particular limpeza de valas de drenagem, mas também individuais, como a própria organização da machamba (canteiros, eliminação da cana-doce, capim, etc.) (Sambane, 1988; GZV, 2000).

⁵⁰ Uma das actividades da CA era comercializar insumos, em pequenas quantidades aos produtores. Entretanto, as CAs, por questões financeiras só forneciam insumos uma ou duas vezes por ano, o que era prejudicial para os pequenos produtores que não tinham condições financeiras para adquirir quantidades suficientes para três ou mais épocas de vegetais durante o ano. Esta situação levou a que as associações ajudassem os produtores comprando insumos em grandes quantidades, armazenando e distribuindo através

A política de desenvolvimento que estava a ser seguida no país até início da década 80 não estava a dar os resultados esperados. Segundo Abrahamsson e Nilsson, até 1981, as machambas estatais conseguiram compensar até certo ponto a diminuição de produção em outros sectores⁵¹. Mas nesta altura, verifica-se uma tendência decrescente da economia mensurável através da diminuição das receitas de prestação de serviços à África do Sul e do decréscimo das exportações, aliado à diminuição de bens alimentares causada pelo facto do Estado priorizar a modernização das machambas estatais em detrimento da reconstrução da rede comercial e do estímulo das famílias camponesas dando-lhes acesso a bens de consumo⁵². As calamidades naturais que se abateram principalmente sobre o sul do país também influenciaram esta situação.

Esta situação mereceu críticas durante o IV Congresso da Frelimo em 1983, levando o governo a reformular a sua estratégia de acção com a criação do Programa de Acção Económica (PAE)⁵³. Os objectivos deste programa incluíam o combate à fome, o desenvolvimento de acções para aumentar as receitas em divisas, a reformulação da política agrícola e a diminuição da fixação de preços⁵⁴. Porém, este programa de acção

de um sistema de crédito devolvido após a colheita e comercialização. (Roth et al., 1995: 23/24; Dados fornecidos pelos monitores da CA do Jardim, Fevereiro, 2002).

⁵¹ Abrahamsson e Nilsson, 1994: 47/48.

⁵² Ibidem, 46.

⁵³ De referir que neste congresso reconheceu-se o fracasso da estratégia socialista, o que segundo Francisco (1999: 27) tem as suas causas no conteúdo (tentativa de eliminar as forças económico-sociais que favoreciam as minorias) e na forma (o sistema de planeamento central de cima para baixo que se revelou economicamente ineficiente e insustentável, tendo realizado investimentos avultados mas sem resultados positivos). Abrahamsson e Nilsson (1994), Chichava (s/d) e Francisco (1999) debruçam-se com detalhe sobre este programa e o seu impacto na economia do país.

⁵⁴ A estratégia do PAE para o sector agrícola assentava no apoio concentrado e integrado ao sector de produção familiar assegurando-lhes os recursos necessários em instrumentos de trabalho, meios de produção e bens essenciais para troca, aumento da produção e produtividade do sector familiar agrícola e estímulo da produção mercantil que garantisse excedentes para aprovisionamento interno e para aumento das exportações (Chichava, s/d:7). Esta estratégia, preconizava ainda a divisão das machambas estatais em parcelas mais pequenas, algumas das quais para privatização (Abrahamsson e Nilsson, 1994: 48). No caso das zonas peri-urbanas, Roth et. al. (1995: xxiv/xxv) refere que em 1983/1984 o governo adoptou a política de "parcelização" que consistia em transferir as antigas quintas sub-utilizadas a agricultores privados que possuíam meios e capacidade para um melhor uso.

económica nunca foi realizado tal como planeado e por isso não deu os resultados esperados. Exemplo disso é que o crescimento económico continuou a ser negativo, o aumento da produção agrícola não se verificou, a produção local só satisfazia 10% das necessidades que o mercado tinha de bens alimentares, a indústria trabalhava a cerca de 20-40% da sua capacidade instalada, os preços no mercado paralelo estavam mais altos que os preços oficiais e o Produto Nacional Bruto (PNB) tinha diminuído em 30% de 1981 a 1986⁵⁵.

Em Setembro de 1984, Moçambique aderiu ao Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. No ano seguinte, foram liberalizados os preços das hortícolas e das frutas, e introduzida a livre circulação das mercadorias em todo o país⁵⁶. Nas zonas verdes, a liberalização dos preços incrementou a produção e comercialização de hortícolas, aumentou o número de produtores e melhorou a qualidade destes produtos.

Neste âmbito, vemos o GZV a desenvolver acções tais como pequenos projectos com assistência técnica e financeira da cooperação internacional, sobretudo ONG's, projectos hidráulicos para a reabilitação ou construção de redes de irrigação e de

⁵⁵ Abrahamsson e Nilsson, 1994: 48.

⁵⁶ Francisco et al., 1987. Esta categoria introduzida a 11 de Maio de 1985, pelo Conselho de Ministros do Governo da República Popular de Moçambique passou a abranger de forma clara e selectiva certos produtos agro-pecuários designadamente as hortícolas, a cebola, a mandioca, a batata-doce, a maçaroca, as frutas e os animais de pequena espécie. Sobre a questão de preços de hortícolas é de grande importância o relatório de Francisco et. al. (1987) na qual, através dum estudo de caso da cidade de Maputo e sua zona de influência, estuda e avalia a experiência da liberalização de preços na comercialização de hortícolas e frutas, focando com especial atenção a identificação dos nós de estrangulamento no sistema de mercado e as vias pelas quais o sistema se pode tornar mais competitivo e conseqüentemente promover a redução dos preços praticados. Francisco faz ainda o historial da política de preços no país desde o período colonial em que os preços de hortícolas e frutas ao produtor eram livres, aplicando-se, no entanto, para o comércio preços condicionados com base no diploma legislativo nº6/73, o qual fixava margens máximas de comercialização; o período após a independência até 1979, em que os preços destes produtos passaram a ser de facto livres em todo o circuito desde o produtor ao consumidor, tendo-se abandonado na prática a aplicação da legislação ainda em vigor sobre margens; o período posterior a 1979, no qual o governo intervém na fixação dos preços, mas em que os preços são questionados pelos produtores, particularmente os aplicados no período fora da época de produção hortícola, que acabavam sendo superiores aos fixados, conduzindo ao crescimento do mercado paralelo. É neste contexto que os preços são liberalizados.

drenagem, para abertura de furos ou poços e instalação de bombagem⁵⁷, com vista à promoção do movimento cooperativo e dos sectores privado e familiar, e, a estimular uma melhor organização e formação de novas associações de produtores.

É ainda neste ano que algumas áreas específicas da cidade de Maputo são oficialmente declaradas zonas verdes, e são divididas em três categorias: i) zonas verdes permanentes (áreas de melhor qualidade agrícola – incluindo zonas demarcadas correspondentes às antigas quintas que foram oficialmente registadas depois da independência, e zonas não demarcadas, onde nunca foi feito levantamento topográfico ou não registadas), ii) zonas verdes provisórias (áreas mais apropriadas para ocupação urbana, onde é permitido aos agricultores cultivar, desde que abandonem o terreno sem compensação em caso de necessidade para desenvolvimento urbano), e iii) zonas de expansão urbana que são as áreas da periferia da cidade⁵⁸.

Em 1987 é introduzido o Programa de Reabilitação Económica⁵⁹ que, aliado ao facto dos preços terem sido liberalizados, aumentou os rendimentos da produção de hortícolas e aumentou a probabilidade de lucros no comércio de vegetais por volta de

⁵⁷ É assim que os distritos n.ºs 5 e 8 beneficiam de um projecto de assistência técnica às zonas verdes, financiado pelo governo italiano com assistência técnica da COOPTECNICAL, que consistiu na limpeza do vale do Infulene e recuperação de terrenos aptos para o cultivo (1ª fase: 1985 — 1989, 2ª fase: 1989-1993); os distritos n.ºs 3 e 4 beneficiam de um projecto de apoio em material de hidráulica e agricultura, financiado pela Caixa Central de Cooperação Económica (agora Caixa Francesa de Desenvolvimento) cujo objectivo era recuperar 1650 has de terra (1986 - 92); e, os distritos n.ºs 4, 5, 6 e 7 beneficiam de um programa de apoio nutricional (JNSP) financiado pelo UNICEF e OMS (1986 - 1989) (Sambane, 1988:7; GZV, 2000).

⁵⁸ Roth et. al., 1995: 18. Segundo estes autores, estas categorias vêm contidas no plano estrutural da Cidade de Maputo elaborado pelo Concelho Municipal de Maputo. Sobre esta questão ver também GZV, 2000.

⁵⁹ Este programa foi introduzido pelo Governo de Moçambique em Janeiro de 1987 - e transformado em Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) em 1990 - , na sequência do pedido de entrada de Moçambique em 1984 para o Banco Mundial e para o Fundo Monetário Internacional. Tinha quatro objectivos fundamentais, designadamente, inverter o declínio da produção, assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo, reinstalar o balanço macroeconómico através da diminuição do *deficit* orçamental e reforçar a balança de transações correntes e a balança de pagamentos (Abrahamsson & Nilsson, 1994: 49; Chichava, s/d: 8; Francisco et. al., 1991:30/32; Castel-Branco, 1994:66/68).

1989. Porém, o PRE também teve consequências dolorosas em particular para a população urbana. Como resultado deste programa ocorreu a desvalorização do Metical que teve consequências sobre a importação de bens de consumo que a população necessitava, incluindo os factores de produção. A contenção de salários, os despedimentos no aparelho do Estado e nas empresas públicas e a diminuição dos preços reais à porta da machamba dos produtos agrícolas como resultado dos livres preços, da grande oferta de produtos e da concorrência, constituíram um obstáculo ao desenvolvimento da produção agrícola, deteriorando, até certo ponto, a renda das famílias dos produtores e reduzindo o seu poder de compra.

Neste período, observa-se nas zonas verdes uma maior procura de terras para a prática agrícola para o sustento da família ou para o incremento da renda familiar, e uma maior aderência de indivíduos do sexo masculino, por um lado, como consequência do desemprego originado pela privatização e racionalização do pessoal do sector público, e por outro, devido à guerra de desestabilização militar⁶⁰ que afectou o país resultando na migração da população do campo para a cidade à procura de terra, emprego e segurança.

⁶⁰ Esta guerra eclodiu depois da independência nacional, e teve como causa, numa primeira fase, o apoio que Moçambique deu ao movimento de libertação do Zimbabwe, ZANU, o que levou a que a Rodésia do Sul criasse e apoiasse o Mozambican National Resistance para combater as forças da ZANLA no território Moçambicano. Com o Zimbabwe independente em 1980, a África do Sul assumiu o treinamento da Resistência Nacional de Moçambique, em nome do anti-comunismo, embora, segundo Abrahamsson e Nilsson (1994:165), a África do Sul tivesse a curto prazo, o objectivo de defender o sistema do apartheid contra a oposição com base no interior e no exterior do país, o que implicava a luta contra o ANC (Congresso Nacional Africano) nos países vizinhos de regime de maioria, e a longo prazo, criar no seu interior um sistema social que fosse internacionalmente aceitável, o que implicava uma dominância económica e política na região que fosse aceite pelos vizinhos e pelo mundo. Outros factores são citados como tendo contribuído para moldar a evolução da guerra, tais como i) a competição de base étnico-regional, o facto de haver uma representação desproporcional nos cargos governamentais mais elevados, a orientação socialista adoptada pelo governo que era contestada por alguns (caso dos portugueses que fugiram para a África do Sul e Rodésia do Sul, mestiços, asiáticos e africanos que eram privilegiados pelo regime colonial), as políticas da guerra fria. Esta guerra afectou grandemente o país: milhões de mortos, infra-estruturas destruídas, pessoas desalojadas, dispersas, etc., que colocaram Moçambique como um dos países mais pobres e com a mais alta taxa de mortalidade do mundo (Abrahamsson e Nilsson, 1994: 177).

Neste contexto, vemos uma mudança em termos de actividade principal das associações. Se, de 1984 a 1989 a actividade principal das associações estava no fornecimento de insumos aos associados, a partir de 1989 começam a dar especial atenção ao problema do conflito de terras, em particular problemas de estranhos com “certificados” exigindo a terra aos pequenos proprietários. Roth et. al. referem que no distrito 5 foram reportados diversos casos de indivíduos trazendo papeis reclamando a posse da terra, mas graças ao apoio das associações e da União Geral das Associações de Produtores⁶¹, os produtores recusaram-se a abandonar as terras, mantendo toda a extensão de terra da associação, ou conservando apenas uma parte. Entretanto, os conflitos de terra continuaram porque os donos das terras continuavam a ter os documentos comprovativos e as associações continuavam a defender os seus direitos de uso e aproveitamento baseando-se no facto de estarem a usar a terra há muito tempo⁶².

Em finais dos anos 80, inicia-se a planificação da reconstrução pós-guerra, que passou pela definição, numa primeira fase, de um Programa alargado para Reabilitação e Desenvolvimento de Distritos Prioritários (PDP), implementado em 40 distritos onde a guerra não se fazia sentir muito e onde havia capacidade para aumento da produção de bens alimentares⁶³. Numa segunda fase, é desenvolvido o Programa de Reconstrução

⁶¹ Roth et al, 1995: 24. A União Geral das Associações dos Produtores foi oficialmente formada em 1988 e era composta por produtores associados que se organizaram com a ajuda do GZV, como uma estrutura paralela à do movimento cooperativo. Esta União possuía um corpo central responsável pela coordenação das acções de diversas associações que operavam a nível dos bairros (Roth et al, 1995: xxv). A criação desta união foi motivada pela emergência espontânea de produtores associados para desempenharem actividades que requeriam acção colectiva, pelo sucesso das cooperativas em fornecer apoio técnico assim como, procurando meios de produção e outros serviços para os seus membros. Aliada a estes factores, havia um sentimento comum entre os produtores de que sem assistência de organizações com influência política (como cooperativas ou associações de produtores), havia pouca possibilidade de ter acesso a meios de produção, créditos ou direitos de protecção da terra (Roth et.al., 1995; 23). Segundo os entrevistados, a união era muito útil para as associações, mas acabou se dissolvendo devido à má gestão (Francisco Mangué, história de vida, 25/02/02; monitores da CA do Jardim).

⁶² Roth et al., 1995: 24.

⁶³ Abrahamsson & Nilsson, 1994: 243.

Nacional (PRN), visto como um alargamento do PDP, e que previa a criação de uma segurança nacional através da desmobilização e desarmamento de todas as forças e grupos armados, da reabilitação dos sistemas de comunicação do país, especialmente da rede de estradas, do aumento da produção nacional, e da reintegração dos deslocados e dos soldados desmobilizados⁶⁴.

Em Novembro de 1990 entra em vigor a nova constituição da República que institui um sistema político multipartidário e a economia de mercado, que aliada à assinatura em Outubro de 1992 do Acordo Geral de Paz (AGP) entre o Governo e a Renamo, pondo fim a cerca de 16 anos de desestabilização militar, e a realização das Primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias em Outubro de 1994, levaram ao início de um processo de transição para a estabilização política favorável à reconstrução e desenvolvimento económico de Moçambique. Com o início do funcionamento do Parlamento multipartidário, é aprovado o Programa Quinquenal do Governo 1995-1999 e consigo o Programa de Desenvolvimento Integrado do Sector Agrícola (PROAGRI) assente no aumento da produção, da produtividade e de exportações, e na gestão sustentável de recursos naturais⁶⁵.

Dentro deste contexto, o GZV intensifica-se e consolida-se, principalmente na área de cooperação internacional, promoção e desenvolvimento das associações de produtores agrícolas familiares, desenvolvimento das associações de rega e fortalecimento de programas de formação. No âmbito da cooperação internacional em 1992 foi instalada, sob financiamento da Itália, a fábrica de processamento de sementes (AFROSEM) com o objectivo de eliminar a dependência externa em sementes

⁶⁴ Ibidem: 243-248.

⁶⁵ Chichava, s/d: 10.

localmente produzíveis; foi aberta a Rádio Comunitária Zona Verde financiada pelo CIDAC; foi fundado o Centro de Formação de Camponeses, que apenas em Junho de 1995 começou a funcionar, administrando os cursos de Agro-pecuária, Noções Gerais de Gestão de Pequenos Projectos e Liderança⁶⁶. Foi ainda criada a associação de rega *Mati ya Varimi* (Água dos Agricultores) que se dissolveu algum tempo depois, devido à insatisfação dos seus membros com a administração dos fundos da associação⁶⁷. Uma característica comum dos diversos projectos de que o GZV beneficiou é a falta de continuidade após a cessação da assistência técnica estrangeira⁶⁸, o que constitui um factor limitante ao desenvolvimento das associações visto se reduzirem as oportunidades de obtenção de conhecimentos e outros inputs importantes na produção agrícola.

Em 1997 é aprovada a nova Lei de Terras que, embora continue a considerar que toda a terra pertence ao Estado, procura proteger os direitos de terra do camponês através do reconhecimento dos direitos de ocupação da terra e, pela primeira vez desde a independência nacional, reconhece formalmente as normas e práticas costumeiras como canais legítimos através dos quais se pode adquirir terra. Esta legislação também prevê que as comunidades locais podem adquirir títulos colectivos para uso e aproveitamento da terra que historicamente têm ocupado⁶⁹.

⁶⁶ GZV, 2000. Este centro tinha o plano inicial de formar 30 camponeses por mês, o que significa que ao fim de cada ano teriam 360 formados. No entanto, segundo o GZV, dificuldades administrativas levaram a que este plano não fosse inteiramente cumprido, resultando na formação de apenas 270 agro-pecuários de 1995 a 1997 (GZV, 2000: 12).

⁶⁷ Segundo Vilopuane, produtor que foi membro desta associação, o conflito que levou à dissolução da associação teve a sua origem na falta de justificação da direcção aos membros do destino das quotas pagas por estes últimos (Bernardo Vilopuane, entrevista, 07/02/02). Este caso mereceu a mediação da CA do Jardim e da administração do DU5 sem solução.

⁶⁸ GZV, 2000.

⁶⁹ Waterhouse e Vijfhuizen, 2001: 23. Nesta nova Lei de Terras, citada pelas autoras, comunidade local é definida como *agrupamento de famílias e indivíduos vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão* (Artigo 1). Ela estabelece que as comunidades locais

Neste contexto, a CA do Jardim efectuou um trabalho de consciencialização dos produtores para a necessidade de obtenção de títulos de terra⁷⁰ de modo a assegurar a segurança de posse de terra aos produtores. Até à altura em que foi efectuado o trabalho de campo no DU5, apenas a Associação Força do Povo possuía título de terra. As outras associações submeteram os seus pedidos e estão à espera da resposta.

podem ter direitos de uso e aproveitamento da terra (Artigo 10:1) e podem ter um título colectivo para o uso e aproveitamento da terra (Artigo 13:4). Mais ainda, estabelece que as comunidades locais deverão participar na *a) gestão dos recursos naturais; b) resolução de conflitos; c) procedimentos para atribuição de títulos, ...; d) identificação e definição de limites dos terrenos ocupados por tais comunidades*. Para todos estes propósitos, *as comunidades locais utilizam [...] as normas e práticas costumeiras* (Artigo 24) (Waterhouse e Vijfhuizen, 2001:23, Ver também Assembleia da República, 1997, Lei 19/97.)

⁷⁰ Segundo a Lei nº19/97 de Outubro, título de terra é um documento emitido pelos serviços públicos de cadastros gerais ou urbanos, comprovativo do direito que as pessoas singulares ou colectivas e as comunidades adquirem sobre a terra, com exigências e limitações perante a lei.

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR ASSOCIATIVO DAS ZONAS VERDES DO DISTRITO URBANO Nº5

As associações de produtores das zonas verdes no DU5 enquadram-se na definição de associativismo agrícola contida no relatório de Massingarella, como sendo,

"... uma organização de pessoas pertencentes a uma comunidade independentemente do sexo, com o mesmo objectivo (produzir bens e serviços agrícolas) que lhes permite alcançar uma certa estabilidade económica, social que a título individual seria difícil alcançá-lo e contribuir assim para o seu bem estar e dos seus familiares⁷¹.

No DU5 existem 9 associações de produtores com 1684 membros a produzirem numa área de 139,9 hectares⁷².

Tabela 2. Associações do DU5, por bairro, nº de membros e área ocupada.

Associação	Bairro	Nº de Membros			Has
		Masculino	Feminino	Total	
25 de Setembro	Luís Cabral	35	115	150	6,9
Augusto Chirute	Inhagoia	52	188	240	22
19 de Outubro	25 de Junho	115	200	315	42
Marcelina Chissano	Bagamoio	50	189	239	19,5
Força do Povo	George Dimitrov	10	160	170	28
Janet Mondlane	Zimpeto	5	46	51	3
Marcelina Chissano	Zimpeto	47	308	355	10
Agro Pecuária da OMM	Zimpeto	1	30	31	4
Josina Machel	Zimpeto	30	103	133	3,5
Total		345	1339	1684	138,9

Fonte: Dados fornecidos na Casa Agrária Do Jardim, Distrito Urbano nº5, Cidade de Maputo

⁷¹ Beaudoux, E. & Nieuwkerk, M., 1985, "Associações Camponesas em África", Lisboa, Gráfica Euripam, citado por Massingarella, C. et al., s/d. A par do facto de as pessoas unirem-se voluntariamente para alcançarem juntas um fim comum através de uma organização controlada democraticamente, a associação difere da cooperativa pelo facto de nesta última serem efectuadas contribuições iguais, equitativas e justas do capital requerido e, também, uma clara partilha dos riscos e benefícios do empreendimento na qual os membros participam activamente.

Os associados são maioritariamente residentes dos bairros suburbanos embora possamos encontrar também residentes da cidade de cimento. Cerca de 80% dos associados são mulheres, algumas chefes de família (viúvas, mães solteiras, divorciadas ou separadas) e outras casadas ou a viver maritalmente, de idade avançada, nível escolar baixo ou até sem nenhum, para as quais a prática agrícola constitui uma estratégia de sobrevivência familiar, fonte de rendimento e alimentos para o sustento ou para complementar o salário dos cônjuges no suprimento das necessidades do agregado familiar. Em número inferior, 20%, temos homens, na sua maioria velhos reformados e assalariados que têm na agricultura uma fonte suplementar de renda, para além de desempregados urbanos dependentes inteiramente da produção agrícola para o sustento das suas famílias.

Nenhum produtor entrevistado tem na agricultura uma forma de acumulação de riqueza devido ao tamanho das parcelas cultivadas nas associações e à falta de investimento para a criação de condições, tais como a obtenção de motobombas, fertilizantes, pulverizadores, sementes e instrumentos de produção com qualidade e em quantidade, que permitiriam produzir o suficiente para gerar riqueza (monetária).

Não há ainda um estatuto das associações. Cada associação tem o seu corpo directivo composto por um presidente, um vice-presidente e responsáveis pela produção, pela contabilidade, pelas valas, pelos blocos e pelos assuntos sociais. Os cargos são voluntários e cada ano reúne-se a Assembleia Geral que aprova o plano de actividades e elege os dirigentes.

⁷² Está em formação mais uma associação no bairro de Magoanine denominada Mata Fome, que deverá congrega produtores familiares que produzem hortícolas nas margens do lago de Magoanine.

Cada produtor tem acesso a pelo menos uma parcela de terra para produzir, tem acesso a água para rega⁷³ e possui o poder de decisão sobre o que plantar na sua parcela, o destino da produção e a aplicação dos rendimentos provenientes da comercialização. Os produtores unem-se para resolver os problemas comuns como limpeza de valas, troca de experiências sobre técnicas agrícolas, fertilizantes e outras questões. O Centro Agro-Pecuário das Mulheres da OMM constitui uma excepção, pois a produção e a comercialização são colectivos e os lucros são distribuídos pelos produtores em forma de salários.

No fim de cada ano, os produtores pagam uma quota, cujo valor deveria ser usado para as necessidades da associação (despesas advintes do pedido de título de terras, conserto de motobomba e compra de instrumentos de produção para revenda aos produtores a crédito), o que não acontece devido ao não cumprimento deste dever pelos produtores desmotivados pela "*fraca produção que não permite obter lucro*"⁷⁴. O valor das quotas que varia de 5.000,00Mt a 80.000,00Mt consoante as associações⁷⁵, é depositado numa conta no banco e retirado mediante as necessidades nas associações como Força do Povo que possuem conta bancária, enquanto que na maioria das associações que não possuem conta bancária o dinheiro fica à responsabilidade do tesoureiro.

⁷³ A água para rega está disponível para todos os produtores, é obtida no Vale do Infulene a partir duma infraestrutura de valas, embora, existam também poços, alguns furos e água canalizada. Algumas associações possuem motobombas instaladas no vale.

⁷⁴ Amélia Armando, história de vida, 07/02/02.

⁷⁵ Das associações por nós visitadas, o valor mais baixo por cada parcela, 5.000,00Mt, é pago pelos produtores da Associação 25 de Setembro. Na associação Augusto Chirute o valor das quotas é 15.000,00Mt, 10.000,00Mt a 20.000,00Mt na Associação Josina Machel, 20.000,00Mt no Centro Agro-Pecuário das Mulheres da OMM, 25.000Mt, na Associação Janet Mondlane e 80.000,00Mt na Associação Força do Povo. Na Associação Marcelina Chissano do Zimpeto o valor das quotas varia de acordo com o tamanho da parcela, sendo 10.000,00Mt para as parcelas de 8m²/25m² e 30.000,00Mt para as parcelas de 25m², o mesmo acontecendo para a Associação Josina Machel.

As associações recebem assistência técnica do GZV⁷⁶ através da Casa Agrária do Jardim, localizada no Bairro 25 de Junho. Esta CA depende administrativamente do DU5 e tecnicamente do GZV, possui 15 trabalhadores, nomeadamente o director, os responsáveis pela planificação, pecuária e aprovisionamento, 2 guardas e 9 monitores agrários dos quais 7 são mulheres, na sua maioria formados localmente e distribuídos pelos diversos bairros do distrito com a tarefa de assistir gratuitamente os produtores dos sectores familiar disperso e associativo, e ao sector privado quando solicitados. Ensinam técnicas agrícolas, servem de ponte entre a CA e os produtores na resolução de problemas e na disseminação de informação útil, controlam a produção, as machambas, as valas, e participam na limpeza destas últimas junto com os produtores.

A CA possui uma loja para venda de insumos aos produtores, abastecida pelo GZV e outras entidades ligadas à agricultura (a NOVAGRO empresa de sementes, a Agroquímica e a Sementes de Moçambique – SEMOC), e uma machamba experimental cultivada pelos monitores onde são testadas as técnicas agrícolas antes de serem ensinadas aos produtores e as sementes antes de serem vendidas.

⁷⁶ O GZV possui um colectivo de direcção composto pelo director do GZV, directores das casas agrárias, chefes de departamentos, chefes de sectores e técnicos com as funções de estudar, analisar e aprovar planos e programas de actividades do GZV e controlar a sua execução, para além de ajudar o director na tomada de decisões, e está organizado em 7 departamentos, incluindo o departamento de apoio às associações responsável pela organização e enquadramento do movimento associativo, apoio técnico às associações para produção agro-pecuária, apoio nas tarefas de melhoria das condições sócio-económicas na produção vegetal, formação, saúde, construção de casa de habitação e empreendimentos agro-industriais entre outras actividades (GZV, 2000).

CAPÍTULO IV

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO NO SECTOR ASSOCIATIVO DAS ZONAS VERDES DO DISTRITO URBANO Nº5

1. Características da Produção

A agricultura praticada nas ZVs é na sua maioria do tipo tradicional ou tradicional melhorada, onde por tradicional se entende uma técnica que substancialmente não depende de *inputs* externos ao sistema familiar, e por técnica melhorada entende-se a sistemática e racional, a tracção animal e mecânica para a preparação da terra, as sementes melhoradas, os adubos químicos e os pesticidas⁷⁷. Todas as terras são cultivadas de modo intensivo, sem períodos de pousio.

Existem duas épocas de cultivo. Na época fresca (Fevereiro a Setembro) são cultivadas hortícolas predominantemente couve e alface, frutas (banana, papaia e mangas) e flores (rosas, cravos, crista de galo e branquinhos), na zona húmida, onde a proximidade do lençol freático permite a rega, feita manualmente⁷⁸.

Durante a época quente (ou chuvosa, de Setembro a Janeiro) são praticadas culturas alimentares que não requerem rega, tais como milho, amendoim, feijão nhemba, abóbora, para além de culturas espontâneas que são aproveitadas para alimentação tais como “*cacana*” e “*tseque*”. Há no entanto alguns produtores que planeiam o cultivo com base nas exigências do mercado o que os leva a forçar a produção de hortícolas várias vezes ao ano de modo a aumentar o rendimento.

⁷⁷ Raffi e Teyssier, citados por Lubbock, 1991.

⁷⁸ De referir que todos os produtores têm uma área de batata doce nas margens laterais das machambas, que representam uma segurança alimentar importante para a família, permitem o melhoramento do solo e suportam maiores teores salinos (Raffi e Teyssier citado por Lubbock, 1991).

Com relação ao tipo de culturas praticadas, constatamos a existência de diferenças de género, onde as mulheres tendem a ter uma maior diversidade de espécies de sementes nas suas machambas devido ao seu papel na segurança alimentar, enquanto que o homem se preocupa apenas com a produção para comercialização.

A preparação, limpeza das machambas e transplante é efectuada manualmente. A organização dos canteiros é variada, sendo alguns alinhados, com formas regulares e tamanhos próximos dos recomendáveis e outros desorganizados e irregulares. Os viveiros são preparados e semeados a lanço e, os adubos e/ou estrumes são usados quando existem⁷⁹. A colheita é geralmente realizada antes da planta atingir o maior grau de desenvolvimento, por um lado para evitar roubos nos casos de cebola e alho, por outro para obter uma renda monetária mais regular nos casos de alface e couve.

No tocante aos meios de produção, estes são obtidos na CA, nos vendedores ambulantes à porta da machamba e em outras casas de venda de material de produção como a SEMOC e a PANNAR. As sementes são por vezes produzidas na machamba, principalmente por mulheres.

Os produtores entrevistados, de ambos os sexos, preferem comprar os meios de produção em outros locais que não a CA devido à sua escassez nesta instituição e aos elevados preços por eles praticados. Os vendedores ambulantes são os mais preferidos pelos produtores porque têm preços mais acessíveis em relação aos praticados pela CA,

⁷⁹ Os tipos de estrume mais usados são: "fasol" constituído por restos das sementes trituradas para o fabrico de óleo alimentar na fábrica FASOL, estrume de galinha feito com base nos excrementos da galinha, e, restos da cevada usada para o fabrico de cerveja na fábrica de cervejas MacMahon. Todavia, devido à escassez de recursos financeiros para a obtenção destes estrumes, os produtores optam pelo uso de serradura de madeira. Os adubos e pesticidas são usados empiricamente. Algumas vezes o produtor não sabe o nome do pesticida, as doses e as pragas ou doenças específicas que combate, assim como não sabe especificamente quando e como usar o adubo. É preciso realçar que as mulheres usam diferentes estratégias para aumentar a fertilidade do solo. Em alguns casos usam menos fertilizante químico devido à falta de dinheiro para obtê-lo, optando por substituí-lo por lixo urbano.

vendem à porta das machambas o que diminui o custo do transporte, e vendem a crédito, embora haja o risco de comprarem produtos de fraca qualidade e fora do prazo. As mulheres, principalmente as idosas estão numa maior dependência dos vendedores ambulantes devido aos problemas derivados da sua idade como o reumatismo que dificulta a deslocação para outros locais.

Questionados sobre a divisão do trabalho a nível da produção, os produtores afirmaram que, pelo facto de as tarefas na produção nas zonas verdes "*serem leves*"⁸⁰, não há uma divisão de trabalho baseada no sexo. Tanto o homem como a mulher desempenham todas as tarefas relacionadas com a produção, desde a preparação dos solos, passando pelo plantio até à colheita e comercialização. A divisão de trabalho baseada em sexos, ou divisão sexual do trabalho ocorre apenas na abertura de poços, valas e sua limpeza, considerados trabalhos pesados, onde os homens entram e cortam capim ficando as mulheres de fora para puxar o capim. Porém, apesar de serem desempenhadas diferentemente por homens e mulheres, estas actividades são complementares e igualmente valorizadas pelos produtores devido à sua importância para o desenvolvimento da produção.

Com relação à força de trabalho, distinguimos a força de trabalho familiar e a força de trabalho assalariada. A maior parte dos produtores trabalha sozinha, ou com recurso a força de trabalho familiar (filhos, netos e noras foram os mais referidos)⁸¹. Em menor número encontramos produtores com um ou mais empregados assalariados. A

⁸⁰ As tarefas são designadas leves porque não envolvem trabalhos como destronca, a limpeza da terra é feita uma vez por ano, a partir do mês de Fevereiro, etc.

⁸¹ Geralmente os filhos revezam-se no trabalho da machamba dependendo do horário escolar. Os que estudam à tarde e à noite têm mais probabilidades de trabalhar na machamba que os que estudam de manhã. Em outros casos, a participação dos filhos na produção agrícola é feita aos fins de semana ou durante as férias escolares, priorizando a escola. Na mesma situação se encontram alguns maridos que trabalham durante os dias úteis da semana.

opção pelo uso da força de trabalho assalariada deve-se à idade dos produtores e ao facto de desempenharem outras actividades, para além da produção agrícola. Dos 6 produtores por nós entrevistados que possuem empregados, 4 são idosas e não conseguem fazer todo o trabalho sozinhas, e 2 têm outras actividades⁸².

Alguns empregados trabalham a tempo inteiro e outros são “contratados” para efectuar alguns trabalhos como abertura de valas. Há uma preferência por empregados do sexo masculino e jovens (entre 18 e 26 anos) em detrimento das mulheres. Vilopuane prefere jovens porque são mais ágeis e não gosta de mulheres porque

... não podem fazer trabalhos pesados como abrir valas ... saem cedo porque precisam de cuidar dos filhos e das suas casas ... quando são mais que uma ficam na conversa ... são mais lentas⁸³.

Esta opinião é partilhada por Laura Mahumane, com dois trabalhadores com cerca de vinte anos, que acrescenta que,

... as jovens não querem trabalhar na machamba ... preferem ficar em casa numa situação de dependência ou vendem no dumba-nengue ou na banca no quintal como a minha filha...⁸⁴

O salário pago varia de 200.000,00Mt a 400.000,00Mt, dependendo da experiência, da produção e do sexo. No concernente ao sexo, os homens recebem melhor que as mulheres. Zeres Nhancale possui dois empregados de ambos os sexos e paga ao homem 300.000,00Mt e 200.000,00Mt a 250.000,00Mt à mulher, dependendo da produção, porque

... ela é mãe, cuida da casa e dos filhos, é vendedora informal, e, para além de trabalhar na minha machamba possui a sua própria machamba, o que leva a que dedique menos tempo do que eu desejo à minha machamba, [ao contrário do] ... homem é mais permanente por isso recebe mais⁸⁵.

⁸² Amélia Armando possui um empregado porque precisa de alguém para cuidar da machamba visto ela viajar duas vezes por semana para Komatipoort – África do Sul — para comprar produtos diversos para revenda e Alcinda Lima deixa a machamba a cargo dos empregados quando vai dar aulas.

⁸³ José Bernardo Vilopuane, entrevista, 7/02/02. Este produtor referiu que também não gosta de trabalhar com homens adultos porque “com o passar do tempo passam a ser como as mulheres, trabalham muito lentamente”.

⁸⁴ Laura Mahumane, entrevista, 07/02/02.

⁸⁵ Zeres Nhancale, entrevista, 01/02./02

Com relação à experiência, o principiante recebe menos e à medida que vai ganhando experiência vai aumentando o salário. De salientar que a quantidade de produção se reflecte no salário do trabalhador, isto é, quanto maior for a produção, maior é o salário e vice-versa. Facto curioso é que os trabalhadores que nós encontramos nas machambas durante o nosso trabalho são oriundos das zonas rurais da província de Gaza e Inhambane. Há uma preferência por estes últimos em detrimento dos jovens da cidade alegadamente porque estes últimos *são mal intencionados e roubam*⁸⁶.

Com relação à organização da jornada de trabalho, na época quente os produtores começam a trabalhar às 5.00 – 6.00h e terminam às 11.00 devido ao calor. Para cumprirem com este horário, as mulheres entrevistadas levantam-se entre as 4 e as 5 horas e vão ao campo depois de terem feito os trabalhos domésticos. Na época fresca a actividade agrícola começa por volta de 7.00 – 8.00h e prolonga-se até à tarde. As mulheres que têm filhos em casa ou outras pessoas que possam cozinhar voltam para casa depois das 12 horas, enquanto que as que têm filhos pequenos regressam mais cedo.

Todos os produtores entrevistados afirmaram que o destino da produção é basicamente a comercialização realizada directamente na machamba⁸⁷, onde é vendida ao intermediário – *gweva*⁸⁸. Normalmente os produtores conhecem os intermediários aos

⁸⁶ Alcinda Lima, entrevista, 14/02/02.

⁸⁷ Poucos produtores comercializam directamente a sua produção nos mercados, devido a dificuldades de transporte e ao tempo que não dispõem para o fazer. Alguns têm bancas nos mercados onde colocam um trabalhador para vender os produtos. A venda na machamba traz alguns problemas ao produtor. Apesar de os preços serem negociados, o preço proposto pelo intermediário prevalece, e se o produtor recusar ele pode procurar outro produtor disposto a vender por menos. Pelo facto de as vendas serem feitas por canteiros ou em montinhos, o produtor dificilmente pode relacionar o preço recebido com os preços praticados ao consumidor. Isto diminui o poder contratual dos produtores, permitindo aos intermediários margens de lucro consideráveis.

⁸⁸ Segundo Lopes et. al. (2002:71), o termo *gweva* vem do Xhosa *igweva*, comprador ilícito de diamantes na África do Sul e do Zulu *gweva*, fornecedor de bebidas aos bares (*shebeens*) do Soweto, e significa *compradora-revendedora* (raramente aplicado ao homem) de mercadorias, no contexto do mercado

quais vendem a produção, chegando a acordos para os dias de colheita/ venda e sobre as condições de venda. O transporte fica a cargo dos intermediários que normalmente o fazem individualmente de “chapa 100” ou em grupo com outros intermediários que alugam carrinhas. Estes por sua vez vendem as hortícolas nas suas bancas pessoais ou a retalho nos vários mercados peri-urbanos e urbanos com destaque para os mercados Central, Xipamanine, do Povo e Xikeleni, para além do mercados informais — *dumbanengue*⁸⁹.

Os produtos nunca são vendidos a peso nas machambas, mas conforme a época e a qualidade da produção, a canteiro, a montinhos de tamanho e número de plantas variável ou a planta. Uma pequena parte da produção é levada pelo próprio produtor até à zona de residência, onde é vendida aos vizinhos, à porta de casa ou nos *dumbanengues*⁹⁰ locais principalmente quando há pouca afluência dos intermediários às machambas.

informal. Sendo assim, gwevar tem a ver com o acto de comprar a grosso mercadorias para revender, sendo portanto, intermediários entre os produtores e os retalhistas ou consumidores.

⁸⁹ É de realçar que a comercialização nem sempre foi efectuada nestes moldes. Durante o período colonial a comercialização de hortícolas e frutas era feita pelos próprios produtores e por transportadores intermediários que realizavam a actividade grossista junto dos mercados onde a venda aos retalhistas se efectuava no próprio camião. Entretanto, com o abandono das propriedades agrícolas e o seu abandono pelos proprietários depois da independência levou a que o governo intervencionasse tais propriedades tendo criado, em 1976, o Gabinete de Apoio e Produção da Província de Maputo (GAPPO), onde estava inserido, entre outros, um sector de comercialização de hortofrutícolas e frutas, que em 1981 deu origem à Empresa Hortofrutícola. Este processo teve reflexos negativos ao funcionamento de toda a rede comercial de hortícolas e frutas, com maior incidência no escoamento e distribuição por grosso, que era efectuado pelos produtores. Diante desta situação, os produtores tentaram comercializar os seus produtos directamente à porta da machamba ou junto dos principais mercados da Cidade de Maputo, mas devido a dificuldades de colocação e à falta de transportes os produtores começaram a recorrer ao sector de comercialização da GAPPO e mais tarde à Empresa Hortofrutícola para o escoamento dos seus excedentes (Francisco, 1987:63). Mas com a crise que se verificou a nível da produção, entre 1981-1984, motivada pela seca, a comercialização passa a fazer-se principalmente à porta da machamba com vista a minimizar as dificuldades de escoamento e comercialização devido à falta de transporte (Francisco, op.cit. 63). É esta forma de comercialização que vigora até à actualidade.

⁹⁰ O conceito de *dumbanengue* está associado ao comércio informal, no sul do país, é empréstimo da língua Xironga e significa *confia no pé* (Lopes et. al., 2002:61). Sobre a origem deste termo, Lopes et. al. (Ibidem) refere que o exercício desta actividade em locais urbanos e suburbanos de grande concentração de vendedores e multidões de compradores e transeuntes, processa-se à revelia das autoridades policiais e camarárias, daí o *confia no pé*, isto é, *foge* quando aparecer a autoridade.

Questionados sobre os lucros da produção, os produtores afirmaram não saber exactamente quanto dinheiro ganham por colheita, por um lado, porque a quantidade comercializada varia dependendo da procura e da oferta, e por outro, porque o valor ganho é imediatamente aplicado no investimento para a machamba e na compra de bens alimentares para o agregado familiar.

Na produção pecuária distinguem-se a criação caseira de animais de pequena espécie (aves, patos, coelhos, perus, gansos, pombos, cabritos e mais raramente porcos) para auto consumo, e, a criação semi-industrial, que é a criação em maior escala de aves, orientada para a comercialização. No distrito existem registados 1511 criadores que beneficiam de assistência técnica da CA do Jardim nas áreas de tratamento dos animais, vacinação, prevenção de doenças e pestes, o controlo do efectivo e o arrolamento dos animais.

Tabela 3. Arrolamento Geral de Animais no DUS, 2001.

Animais	Bovinos ⁽⁹¹⁾	Caprinos	Ovinos	Suínos ⁽⁹²⁾	Coelhos	Patos	Perus
Nº	7	429	47	156	443	7861	127

Animais	Gansos	Pombos	Cafreais	Frangos	Caninos	Felinos	Cavalos ⁽⁹³⁾
Nº	121	7929	52928	101972	1875	386	21

Fonte: Dados fornecidos na Casa Agrária Do Jardim, Distrito Urbano nº5, Cidade de Maputo

Tabela 4. Numero de Criadores do DUS por bairros.

Bairro	Nº de Criadores
Luis Cabral	185
Jardim	129
Inhagóia A	145
Inhagóia B	140
25 de Junho A	150
25 de Junho B	78
Bagamoio	60

⁹¹ A criação de gado não é frequente, o que segundo Raffi e Teyssier (1988: 85) é consequência de dois factores: histórico relativamente à proibição colonial de criar bovinos em redor da cidade e falta de pastagens suficientes e água, devido à ocupação cada vez mais densa do solo.

⁹² Em 1994, as ZVs da cidade de Maputo sofreram um surto de peste suína africana que, até à altura da sua confirmação pelo Instituto Nacional de Veterinária a 21/03/94, dizimou 15.889 suínos, principalmente animais criados em sítios impróprios. Depois desta peste houve relutância por parte dos produtores de criar suínos em grande escala para comercialização.

⁹³ Os cavalos registados pertencem ao Centro Hípico localizado no bairro do Jardim.

George Dimitrov	73
Malhazine	153
Magoanine	207
Zimpeto	191
Total	1511

Fonte: Dados fornecidos na Casa Agrária Do Jardim, Distrito Urbano nº5, Cidade de Maputo

Em geral, os produtores do sector familiar associativo criam animais de pequena espécie para consumo, embora existam alguns casos como da Laura Mahumane, produtora da Associação 25 de Setembro que possui um aviário em sua casa onde cria aves para comercialização. A nível associativo é de realce o Centro Agro-Pecuário das Mulheres da OMM de Zimpeto que cria aves para comercialização.

2. Acesso e controlo da terra

A questão do acesso e controlo da terra tem sido muito discutida na actualidade. Nas associações de produtores das zonas verdes, a terra pertence à associação que por sua vez distribui aos produtores, em pequenas parcelas com uma média de 25m² cada, que varia dependendo da associação, para uso e usufruto⁹⁴. Portanto, a terra não é propriedade privada dos produtores.

O acesso a esta terra é feito de forma variada. Grande parte dos produtores urbanos obtiveram acesso à terra pela simples ocupação das terras e propriedades abandonadas pelos colonos depois da independência, e pela distribuição feita pelo GZV depois de parcelados os terrenos nas zonas húmidas que eram cultivadas por produtores

⁹⁴ Por exemplo, na associação Augusto Chirute as parcelas têm uma área de 25m²/ 30m², na associação Marcelina Chissano do Zimpeto temos parcelas de 8m²/25m²e de 25m² de área, e, na associação Josina Machel onde a terra ainda não foi parcelada, encontramos parcelas com um máximo de 50m²/12m², embora os produtores possam ter mais de uma parcela desde que possuam as condições para rentabilizá-las. Para além das parcelas nas terras baixas, produtores há que possuem machamba nas terras altas de sequeiro e nos quintais das suas habitações - no caso dos residentes em bairros parcelados na área suburbana.

do sector familiar disperso⁹⁵. A terra foi também obtida através da beneficiação durante a limpeza do vale do Infulene⁹⁶; como herança dos pais (ou sogros) que abandonaram a prática agrícola por cansaço, doença, velhice, desinteresse ou morte; através do casamento – são os casos das mulheres que trabalham a parcela pertencente ao seu marido com emprego assalariado mas que ajuda nos fins de semana ou nas férias; emprestada de familiares; ou então a parcela lhes foi “cedida” ou alugada por um produtor membro da associação em troca de uma determinada quantia, sem o conhecimento da associação que muitas vezes recebe o novo sócio como familiar do antigo produtor associado.

O acesso à terra, não garante a segurança de posse de terra ao produtor por duas razões principais. Por um lado, a parcela pode ser arrancada ao produtor que não faça o aproveitamento ou a limpeza da parcela durante um ano ou mais e entregue a outro produtor, de preferência que já tenha outra parcela e que tenha capacidade de fazê-la render.

Por outro lado, à excepção da Associação Força do Povo, nenhuma outra possui Título de Terra, embora já tenham efectuado os pedidos à administração do distrito, estando neste momento à espera da resposta. Partindo de princípio que, um factores mais importantes referidos pelos produtores para a sua filiação à associação é o acesso e a

⁹⁵ Segundo Roth et. al. (1995:xxiv), numa tentativa de controlar o declínio da segurança alimentar, em 1983-1984 o governo adoptou a política de parcelamento, que consistia em transferir as antigas quintas a serem usadas pelos produtores do sector familiar disperso a agricultores com mais meios e capacidade para aproveitar melhor essas terras.

⁹⁶ Esta limpeza das valas ocorreu em 1986, no Vale do Infulene que havia sido invadido pelo caniço o que provocava a inundação do vale durante o período de chuvas. Foi feita uma sensibilização à população do vale acerca da necessidade de participar nos trabalhos de limpeza, e houve um compromisso pessoal do Primeiro Ministro num comício improvisado com as mulheres empenhadas na beneficiação de que a terra seria dada a quem tivesse trabalhado. Lubbock (1991) refere que, de facto foi respeitado este critério de que quem trabalhasse teria acesso à terra, porém, houve alguma injustiça na entrega, embora a autora não considere relevante. Muitas das mulheres que tiveram acesso a parcelas por esta via, tinham apenas uma

segurança de posse de terra, esta situação faz com que os agricultores fiquem inseguros com relação ao tempo que podem usufruir das terras e leva a grandes disputas com indivíduos com a pretensão de lhes arrancar as terras que constituem fonte de sustento de muitas famílias, para uso particular. A título de exemplo, Judite Hunguane informou-nos (e pudemos constatar no terreno aquando do trabalho de campo) que a associação Janet Mondlane perdeu cerca de metade das suas terras para uma empresa privada denominada Mozbrake. Segundo nos disse,

A empresa Mozbrake chegou aqui e apresentou documentos passados pelas autoridades municipais que comprovam o direito de posse de todas as terras da nossa associação. Só que devido à recusa dos produtores de se retirarem dos lugares, eles não levaram todas as terras, mas apenas uma parte, a que está mais próxima da estrada enquanto nós ficamos com as terras perto do rio Infulene. Tentamos resolver este caso na administração, mas disseram-nos que tínhamos que ceder as terras e depois recorrermos ao Conselho Municipal da Cidade de Maputo porque os papéis foram passados lá. Recorreremos também à Casa Agrária, mas pouco puderam fazer porque eles têm documentos e nós não. Assim, metemos o pedido de título da parte que nos restou e estamos à espera da resposta⁹⁷.

A nível interno os conflitos que se registam prendem-se com os limites das parcelas, com a ocupação ilegal da parcela de outrem e, com as limpezas das valas secundárias, geralmente resolvidos pelo chefe dos assuntos sociais, algumas vezes coadjuvado pelo chefe de produção.

3. Acesso e controlo do crédito

A produção e produtividade agrária no sector associativo está limitada, em grande medida pela falta de crédito⁹⁸, o que leva a que os produtores permaneçam no ciclo vicioso de trabalho árduo com pouco, ou às vezes, nenhum rendimento. O crédito

machamba nas terras altas (terras com culturas de sequeiro) onde produziam para subsistência, e passaram a usar as terras na zona húmida para praticar agricultura comercial.

⁹⁷ Judite Moisés Hunguane, entrevista.

⁹⁸ Segundo Manganhele (1999:9/10), crédito é definido como sendo a troca de moeda líquida por um activo financeiro e envolve duas partes: a pessoa que dá o empréstimo (credor) e a pessoa que recebe o dinheiro ou bem (devedor). Existem vários tipos de créditos quanto a prazos (curto, médio e longo prazo),

agrícola⁹⁹, neste caso, constituiria uma alternativa para impulsionar a produção a nível deste sector dada a escassez de recursos com que os produtores se deparam, através da aquisição de equipamento como multicultivadores, agro-químicos, transporte e outros insumos — definidos como prioritários pelos produtores entrevistados — necessários ao desenvolvimento da actividade produtiva.

Os produtores entrevistados nunca tiveram acesso a crédito para investirem na sua produção por vários motivos, incluindo o desconhecimento da existência de programas de crédito e sua importância para o incremento da produção e o receio de pedir crédito por não saberem se conseguirão pagar, por um lado, devido aos riscos advindos da produção de hortícolas (calor, chuva e frio em excesso e pragas que destroem a produção), e por outro o factor idade que implicaria deixar dívidas para os filhos.

Mas é preciso realçar que, em geral as mulheres não gozam da mesma igualdade de direito no acesso às facilidades de crédito. Segundo Manganhele, ao crédito formal¹⁰⁰ as mulheres estão mais excluídas em relação aos homens por não reunirem a maior parte

objectivos (crédito agrícola, comercial, individual, etc.), formas (crédito formal, semi-formal e informal), e as pessoas que participam na troca (crédito individual, colectivo).

⁹⁹ Crédito agrícola é definido geralmente como a utilização de recursos de terceiros para fins agrícolas (Wilhelm, A. 1960. *Política agrária. 'El Atenero'*). Buenos Aires, Pedro Garcia S.L. Libreria, Editorial e Imobiliária, citado por Assane, 1999:4). Assane afirmando ainda que, as principais diferenças entre o crédito agrícola e outros tipos de crédito estão na sua particularidade em relação ao risco e ao período da sua duração. É um crédito que pelas suas características, ao invés de visar altos juros, deverá ser acessível e corresponder ao grau de rentabilidade da actividade agrícola; a sua concessão deve ser criteriosa consoante os resultados incertos da agricultura (Assane, 1999: 4).

¹⁰⁰ No seu estudo, Manganhele aborda as formas de crédito formal, semi-formal e informal. Segundo a autora, crédito formal é aquele em que a hipoteca (todos os bens imóveis ou móveis susceptíveis de registo na devida conservatória, como por exemplo embarcações, automóveis, casas) e o penhor (bens reais que muitas vezes são imóveis como por exemplo motobombas, culturas em campo ou receitas provenientes das colheitas e gado bovino, tendo este último maior credibilidade) por um lado, e a figura do fiador e do aval por outro servem de garantia para os que não têm bens móveis e imóveis (Manganhele, 1999: 10). Por seu turno, crédito semi-formal é aquele em que não há exigência de um bem físico como garantia, e muitas vezes o grupo solidário substitui a hipoteca e o penhor no sistema de crédito formal, enquanto que o crédito informal é aquele em que não há exigência de garantias reais, não envolve o preço de

das condições exigidas¹⁰¹. Para ilustrarmos esta realidade, vamos usar o exemplo do Banco Austral, uma instituição vocacionada ao crédito agrícola, em que o acesso aos recursos financeiros disponibilizados obedece a uma série de critérios, incluindo que o solicitante,

"... seja depositante no Banco Austral ou assuma o compromisso de vir a ser; tenha licença de uso e aproveitamento de terra ou autorização do exercício da actividade; tenha um estudo de viabilidade económica e financeira para o investimento ou plano de produção para meios circulantes; apresentar facturas proforma de bens a adquirir; anexar os documentos da constituição da unidade de produção e juntar balanço dos últimos três exercícios; apresentar comprovativos de que paga impostos às finanças; remeter uma carta ao banco a solicitar empréstimo; subscrever a favor do banco uma procuração irrevogável sobre os bens em garantia; efectuar o pagamento da comissão de preparos para o investimento ... A taxa de juro cobrada sobre o crédito é de 35% ... Exigem ainda como garantia uma participação mínima de 10% a 15% sobre o montante solicitado, para além de garantias reais e suficientes com respectivos comprovativos de titularidade"¹⁰².

Como pudemos constatar durante a pesquisa, as produtoras não guardam dinheiro no banco porque não produzem o suficiente para tal, visto o seu rendimento ser imediatamente canalizado ao sustento da família e ao investimento na produção, e como tal não possuem capital inicial para suportar os altos custos administrativos dos bancos como "*... as transações associadas ao depósito e retirada de poupanças, pagamento do serviço da dívida, etc.*"¹⁰³. Pelo facto de as produtoras serem maioritariamente idosas e iletradas, dificilmente podem abrir e controlar uma conta bancária, sendo mais difícil ainda conseguirem compreender as condições de crédito e darem seguimento aos processos burocráticos que conduzem à obtenção desse mesmo crédito. Entretanto, também existem entre as mulheres outras situações em que apesar de terem contas bancárias, a



transferência nem de controle sobre o dinheiro e baseia-se nas relações de lealdade e confiança mutual entre os intervenientes - credor e devedor informais (Ibidem: 11/12).

¹⁰¹ Manganhele, 1999: 12.

¹⁰² Assane, 1999: 33/34.

¹⁰³ Manganhele, 1999: 11.

poupança e o crédito feito pelos métodos tradicionais continua a ser uma prática importante.

Por outro lado, segundo o relatório do CEA/UEM/FM/SARDC elas não podem solicitar empréstimo ao banco a não ser que estejam acompanhadas pelos devidos maridos para conseguirem concessão de crédito¹⁰⁴. De referir que esta situação não é legal, mas constitui uma estratégia adoptada pelos bancos para garantir a apresentação pela mulher de garantias reais de reembolso do crédito.

A terra na qual as mulheres produzem não lhes pertence. Pertence às associações que não possuem título de terra e portanto não garantem segurança de posse de terra que faz parte dos requisitos para obtenção do crédito formal. A complementar este aspecto, existem os riscos de produção que podem impossibilitar o reembolso do dinheiro concedido.

Manganhele refere que factores sócio-culturais como o facto de a mulher na zona de filiação patrilinear não possuir o controle dos rendimentos e bens familiares nem ter poder de decisão o que pressupõe que não possui património sólido susceptível de constituir garantias reais do reembolso do empréstimo concedido, podem concorrer para que a mulher não tenha iniciativa própria de participar nos programas de crédito.¹⁰⁵ Este aspecto não se aplica inteiramente ao nosso grupo alvo, pois as produtoras por nós entrevistadas conseguem controlar o seu rendimento, embora mostrem ao marido antes de aplicarem, como é explicado no capítulo a seguir.

¹⁰⁴ CEA/UEM/Fórum Mulher/SARDC, 2000: 30.

¹⁰⁵ Segundo Manganhele (1999:2), é comum (é cultura sobretudo na zona sul de Moçambique com um sistema patrilinear) ouvir a mulher dizer que pertence ao homem e por isso tudo o que ela produz ou adquire, mesmo que seja dado como herança da família, todas as receitas monetárias por ela geradas pertencem ao homem.



Esta situação leva a que os produtores recorram a outras formas de obtenção de recursos para investirem na produção, como a poupança pessoal, a ajuda dos familiares e o esquema de poupança *xitique*¹⁰⁶.

Uma solução para os problemas de crédito que os produtores enfrentam seria a concessão de créditos informais que são efectuados por diversas ONGs nacionais e internacionais, mas é nossa percepção que a melhor solução está na reactivação da União Geral das Associações de Produtores que passaria a desenvolver actividades de crédito – que fazia parte do seu mandato antes de se dissolver — através do fornecimento de insumos às associações, à semelhança do que é feito pela UGC que desenvolve actividades de crédito desde 1990 para as cooperativas e mais recentemente para os seus membros¹⁰⁷, facto que contribui para os altos níveis de produção que se registam no sector cooperativo.



¹⁰⁶ Segundo Chidzero, A. et al. (1998, *Estudo sobre microfinanças em Moçambique*, Relatório, 11) citado por Assane (1999: 7) *xitique* é uma forma de crédito que as comunidades camponesas obtêm como resultado das contribuições regulares que realizam para o seu auto-financiamento. Esta ideia é partilhada por Laice (2000: 36) que acrescenta que este mecanismo de crédito informal consiste num pequeno grupo de pessoas (4-10) que se reúnem com objectivo de contribuir com o mesmo montante para um fundo comum, que é tomado rotativamente por um determinado membro do grupo até se completar um ciclo, em que cada um tem a sua vez de receber. Acrescenta ainda que as contribuições podem ser feitas numa base diária, semanal ou mensal e que o objectivo principal desta forma de concessão de crédito informal é permitir ao membro financiado rápido acesso aos recursos financeiros pelos restantes membros do grupo. A título de exemplo das produtoras associadas nas zonas verdes do DU5, Zeres Nhancale faz *xitique* de 200.000,00Mt/ mês com outras nove pessoas o que lhe permite receber 2.000.000,00Mt quando chega a sua vez, valor que segundo ela ajuda a concretizar os seus projectos, incluindo comprar insumos ou instrumentos de produção. Manganhele (1999:14) também relaciona o *xitique* ao crédito informal, mas como uma forma de ajuda mútua ligada ao crédito e poupança em forma de numerário. De referir que dos entrevistados, nenhum homem pratica o *xitique*.

¹⁰⁷ Silva, 1996:31. Segundo esta autora, o financiamento para as operações de crédito provém de recursos próprios, de depósitos obrigatórios dos seus membros, de créditos contraídos junto da banca comercial e ainda para fundos que a UGC tem angariado para o movimento cooperativo de diversas proveniências, alguns dos quais são linhas de crédito específicas para a UGC e geridas através do sistema bancário, via Banco Austral. Para cada cooperativa existe um registo do montante global de insumos utilizados e de serviços, e, no final do ciclo e depois da comercialização faz-se a prestação de contas para efeitos de

CAPÍTULO V

RELAÇÕES DE GÉNERO AO NÍVEL DO SECTOR ASSOCIATIVO NAS ZONAS VERDES DO DISTRITO URBANO Nº5

1. Relações de género dentro das associações

No nosso país, as mulheres estão a ganhar maior visibilidade, as suas actividades domésticas começam a ser identificadas, reconhecidas e valorizadas, começam a ocupar cargos na sociedade incluindo a chefia das associações.

Neste subcapítulo, pretendemos demonstrar que existe uma relação entre a participação produtiva da mulher e o acesso ao poder a nível das associações. Como vimos anteriormente, os membros inscritos nas associações são maioritariamente mulheres (cerca de 80%), que nelas fazem sentir a sua opinião, tomam parte no processo de decisão e a maior parte delas ocupa os cargos de maior importância como a presidência (cerca de 67%), numa situação de igualdade e democracia, rompendo com os alicerces sociais da sua condição inferior em relação ao homem, adquirindo assim uma existência social como pessoa de direito próprio e não apenas como um simples membro de uma família, um apêndice do homem.

reembolso (Ibidem; Ver também UGC, 1998:5/6). De referir que a comercialização da produção das cooperativas membro é feita pela UGC.

Tabela 5. Percentagem de mulheres dirigentes nas Associações de Produtores das zonas verdes do DUS

Associação	Presidente	Vice-presidente
25 de Setembro	Mulher	Mulher
Augusto Chirute	Mulher	Homem
19 de Outubro	Homem	Homem
Marcelina Chissano do Bagamoio	Homem	Homem
Força do Povo	Mulher	Homem(*)
Janet Mondlane	Mulher	Homem(*)
Marcelina Chissano do Zimpeto	Mulher	Homem
Agro-Pecuária da OMM	Mulher	Mulher
Josina Machel	Homem	Homem(**)
Total	6/9	2/9

Fonte: Dados fornecidos na Casa Agrária Do Jardim, Distrito Municipal nº5, Cidade de Maputo

(*) Nestas associações ainda não foi nomeado o vice-presidente em virtude do anterior ter desistido das suas funções por motivos de doença, o que leva a que o chefe de produção acumule as funções do vice-presidente.

(**) Nesta associação, a vice-presidente faleceu mas ainda não foi substituída pelo facto de ainda não se ter realizado a Assembleia o que leva a que o presidente acumule as funções do vice-presidente

Entretanto, o facto da vice-presidência ser composta maioritariamente por homens (cerca de 78%) provoca em nós algumas inquietações. Por um lado, questionamo-nos se este acesso ao poder nas associações é inerente à capacidade de liderança das mulheres ou se a sua escolha é feita com base na sua maioria numérica.

Para a maior parte dos produtores, a escolha do dirigente da associação não depende do sexo, mas do seu dinamismo, vivacidade, competência, capacidade de oratória e bom relacionamento com os colegas. A título de exemplo, na Associação Marcelina Chissano do Bagamoio onde as mulheres correspondem a cerca de 76% do total, todos os cargos são ocupados por homens escolhidos pelos associados graças às qualidades anteriormente descritas. No entanto, há quem defenda a tese de que a composição maioritária das mulheres nas associações deve ditar a sua escolha para a liderança, posição que não é compartilhada por Catarina Fumo que acredita que embora as mulheres também façam parte da liderança da associação, os lugares chave devem ser ocupados pelos homens porque têm mais capacidade e força, facto que acontece na associação a que pertence, nomeadamente 19 de Outubro com cerca de 63% de

associados do sexo feminino, onde os cargos de presidente, vice-presidente e chefe das valas são ocupados pelos homens, enquanto que as mulheres membros da direcção ocupam os cargos de chefe dos assuntos sociais, chefe da produção e contabilidade (sem fundos para gerir em virtude do não pagamento de quotas pelos membros).

Portanto, independentemente das mulheres estarem em maior número nas associações, têm uma mentalidade de partilhar o poder com os homens, daí a existência de homens e mulheres nos cargos de liderança das associações.

O nível de escolaridade também não influencia a escolha do presidente. A presidente da Associação Força do Povo que acumula as funções de contabilidade juntamente com a de vice-presidente possui apenas a 3ª classe elementar. A tesoureira da Associação 25 de Setembro possui apenas a 1ª classe mas cobra quotas e gere o dinheiro da associação.

Um aspecto que contribui para a escolha da mulher para a liderança da associação é a pertença e o seu desempenho a nível da OMM. Angelina Simão, presidente do Centro Agro-Pecuário das Mulheres da OMM era secretária adjunta da OMM a nível do bairro do Zimpeto na altura em que assumiu a presidência do Centro, tendo posteriormente assumido as tarefas de secretária da OMM quando esta faleceu.

Por outro lado, questionamo-nos se de facto, a mulher exerce esse poder ou é um poder delegado, na prática exercido e controlado pelo vice-presidente, neste caso do sexo masculino. Com base nas entrevistas realizadas e na observação no campo, as mulheres líderes das associações aparentemente exercem efectivamente o poder que lhes foi incumbido de responder pela associação perante os órgãos a ela directamente ligados, o GZV e a CA do Jardim, e perante a sociedade em geral. Elas acompanham e participam nas acções dos outros membros do corpo directivo, convocam e dirigem as

reuniões locais, participam em reuniões a nível dos bairros, na CA e no GZV em representação da associação, lutam pelos direitos dos membros, principalmente em caso de conflitos de terra, como diz Virgínia, "*não hesitamos em enfrentar quem queira nos tirar o nosso ganha pão*"¹⁰⁸. Esta é a parte visível do exercício do poder da mulher dirigente da associação. Mas por detrás destas acções anteriormente referidas, está todo um processo de preparação das reuniões, definição de estratégias de trabalho a nível da associação, tomada de decisões a serem apresentadas nas reuniões com os associados, preparação de informação sobre a associação a ser fornecida a órgãos ou instituições ligadas às associações, etc., feito em conjunto com o vice-presidente, onde não nos foi possível apurar, até que ponto, a este nível, o poder é exercido pela mulher ou controlado pelo vice-presidente ou se vai surgindo um poder negociado e partilhado em que o papel da mulher é reconhecido e valorizado.

Com o reconhecimento social da sua importância económica derivado da participação produtiva, a mulher dirigente da associação assume um papel cada vez mais importante a nível da sociedade, pois vemo-la a ser solicitada de uma forma mais significativa para exprimir a sua posição, a dar o seu parecer e mesmo a dirigir certos processos. É, no entanto, necessário referir que, independentemente de serem dirigentes nas associações, é difícil que estas mulheres sejam eleitas para outros cargos fora da OMM. Como diz Banze,

*"...mesmo tendo mostrado o seu dinamismo como líder da associação, nenhuma mulher foi eleita secretária do bairro aqui no nosso distrito"*¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Virgínia Timane, entrevista, 13/02/02. Actualmente há um aspecto que tem dificultado esta participação activa das mulheres nas actividades inerentes ao cargo de presidente que é a idade e os problemas daí advindos como o reumatismo, que impossibilitam grandes e frequentes deslocações. Daí o apelo das produtoras para uma maior participação dos jovens na produção agrícola de modo a que possam dar vitalidade às associações.

2. Relações de género a nível do agregado familiar

A produção agrícola nas associações permite aos produtores obter rendimentos, o que conduz a uma melhoria da qualidade de vida. Embora não consigam quantificar exactamente os seus rendimentos, os produtores descrevem a sua qualidade de vida e os bens adquiridos ao longo do tempo como prova da importância da produção agrícola nas suas vidas. Um aspecto comum em todos os entrevistados é o facto de graças à produção agrícola conseguirem custear os estudos dos seus filhos, comprar-lhes vestuário, calçado e material escolar.

A maior parte das produtoras entrevistadas tem o controlo dos rendimentos provenientes da comercialização nas zonas verdes e a decisão sobre a sua aplicação, embora sempre digam aos maridos qual foi o resultado do seu trabalho — produtos da machamba, lucros da comercialização ou bens obtidos através dos lucros — (como foi referido pelas produtoras entrevistadas), o que mostra que ao mesmo tempo que vão controlando, as produtoras também partilham com os maridos e/ou prestam contas sobre os resultados da produção. De referir que das produtoras entrevistadas, apenas uma afirmou que precisa de aprovação e autorização do marido para aplicar os lucros da produção. Ela dá metade do rendimento da produção ao marido para este usar como achar adequado, e a outra metade que resta pertence-lhe mas quem guarda é o marido que lhe dá quando esta pede, depois de explicar onde e como será aplicado.

Em geral esses rendimentos são aplicados no investimento na produção (compra de sementes, instrumentos de produção), na compra de bens alimentares que não produz na machamba (arroz, sabão, açúcar, óleo, lenha), na obtenção de vestuário, calçado e

¹⁰⁹ Fernando Banze, entrevistado, 28/01/02.

material escolar para os filhos e para as suas necessidades diárias (transporte) enquanto que o rendimento dos maridos adviente do emprego formal destina-se à aquisição de bens duráveis, poupança e investimento cujo objectivo seja a reprodução e crescimento da família. De referir que as produtoras entrevistadas não sabem exactamente quanto aufero o marido no seu emprego assalariado, mas acreditam que ele não aplica todo o seu salário no orçamento familiar, enquanto que elas aplicam todo o seu lucro, havendo até mulheres que legitimam esta postura do homem, como é o caso de Ana Matusse que diz que:

O meu marido tem direito de ficar com algum dinheiro para ele fazer as suas coisas, ir ver futebol, beber cerveja com amigos e comprar cigarros.

De realçar a importância dos produtos trazidos da machamba que permitem economizar ou aplicar em despesas não alimentares uma proporção maior do seu rendimento.

O papel decisivo que a mulher assume na sobrevivência da família confere-lhe um papel mais importante que no passado. O facto de ter uma independência económica e contribuir para o orçamento familiar, provoca uma ruptura com a tradicional subserviência da mulher, potenciando o surgimento de novas relações sociais em que vemos a mulher ganhar auto-estima, a ter um certo grau de negociação sobre o tipo de mudanças que podem ser feitas para melhorar o seu bem estar e da família, a desenvolver novas competências.

No concernente à divisão de trabalho a nível do agregado familiar, o facto de a mulher produtora desempenhar actividades produtivas fora do espaço doméstico deveria pressupor a existência de uma divisão de trabalho mais justa. No entanto, o que se verifica é que, para além do papel produtivo, as produtoras cumprem o seu papel reprodutivo que se relaciona com as responsabilidades de procriação, cuidado diário dos

membros do agregado familiar e as tarefas domésticas garantindo assim a manutenção da reprodução da força de trabalho. Cumprem ainda o seu papel comunitário participando em reuniões na zona onde se discutem assuntos políticos, sociais e económicos ligados à vida do bairro, palestras nos centros de saúde, reuniões na escola, reuniões religiosas e representam a família nos falecimentos, visitas aos familiares doentes e casamentos, considerados deveres da mulher na sociedade. Estas tarefas muitas vezes são realizadas em simultâneo. A mulher no geral tem poucas horas para descanso. É das primeiras a levantar-se todos os dias para tratar de tudo e todos e a última a ir para a cama, depois de ter alimentado toda a família e arrumado a casa.

Isto leva-nos a concluir que, a obtenção de rendimentos através da participação produtiva nas zonas verdes e a contribuição para o orçamento familiar, não altera por si só a divisão sexual de trabalho em casa. O que se observa é o acumular da mulher das actividades desempenhadas em casa e fora desta, sem que se verifique da parte do homem uma partilha das actividades em casa.

Em suma, as relações desiguais entre a mulher e o homem não se quebram totalmente com a independência económica da mulher obtida através da participação produtiva porque há outros factores de ordem sócio-cultural e política que contribuem para a sua manutenção. Como se sabe, as relações sociais de género que se estabelecem a nível da família são relações de poder em que a pertença a um determinado sexo define a forma como no seio da família se divide o trabalho, se formam as competências, se constroem, transmitem e legitimam valores, e, se fixam para cada um dos membros posições hierárquicas diferentes (homem dominador e mulher dominada).

Os produtores do sector associativo encontram-se na sociedade patriarcal onde, histórica e culturalmente, pela distribuição hierárquica de papeis, a mulher é

marginalizada, marginalização essa que se perpetua através do processo da socialização em que a rapariga é preparada para as actividades domésticas, para administrar e gerir os bens da casa enquanto que o rapaz é preparado para o “ganha pão” da família, para o salário e para a definição das estratégias familiares. X

A legislação também contribui para a subalternização da mulher. No direito de família ¹¹⁰ está consagrado o princípio da supremacia do marido como chefe de família (artº1674 do CC). Partindo desse pressuposto a posição da mulher-esposa é sempre subalterna, e até a administração dos bens do casal, incluindo os bens próprios da mulher é em regra atribuído ao marido (artº1678 nº1 do CC).

Estes e outros exemplos podem demonstrar que estamos longe do fim das desigualdades de género. Entretanto, a independência financeira, neste caso obtida através da participação produtiva nas zonas verdes é um passo importante nesse sentido.

¹¹⁰ Moçambique ainda não possui uma Lei de Família nacional. A matéria relativa ao direito de família encontra-se regulada no livro IV – artigos 1576 a 2023 do Código Civil Português de 1967 e na Lei nº8/92 de 6 de Maio, que introduziu a figura do divórcio litigioso.

CONCLUSÃO

Com esta dissertação pretendíamos analisar a articulação entre a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do Distrito Urbano N°5 e o seu impacto nas relações de género a nível das associações e dos agregados familiares.

Constatamos que a dinâmica de produção nas zonas verdes foi influenciada pelos planos de desenvolvimento agrícola definidos pelo governo desde 1980, altura em que foi definida a estratégia de produção nas zonas verdes e criado o GZV, até 2000, período englobado pelo nosso estudo, de realçar o Plano de Acção Económica, a Liberalização dos preços, o Programa de Reabilitação Económica, mais tarde Programa de Reabilitação Económica e Social e o Programa de Desenvolvimento Integrado do Sector Agrícola (PROAGRI) enquadrado no Plano Quinquenal do Governo, 1995-1999, para além de outros factores, como as calamidades naturais que se abateram sobre o país e a guerra civil.

Verificamos que a prática agrícola nas zonas verdes constitui uma estratégia de sobrevivência para a maioria dos seus produtores. É de referir que não constitui uma forma de acumulação de riqueza devido às suas características (tamanho das parcelas, falta de investimento). Um factor que poderia contribuir para melhorar os níveis de produção seria o crédito agrícola, mas os produtores entrevistados não têm acesso a crédito, o que se agrava quando se trata da mulher por não reunir a maior parte das condições exigidas para tal.

Não há uma divisão sexual de trabalho a nível da produção agrícola nas zonas verdes, aparentemente porque as actividades são leves (como é justificado pelos nossos informadores). Entretanto, é preciso referir que durante a limpeza da vala principal do rio Infulene, há uma clara divisão de tarefas para mulheres e homens, em que estes últimos entram na vala para cortar o capim enquanto as mulheres ficam de fora para puxar o capim. Estas tarefas são complementares e igualmente valorizadas pelos produtores devido à sua importância para o desenvolvimento da produção agrícola.

Distinguimos ainda o uso por parte de alguns produtores da força de trabalho assalariada predominantemente masculina. A maior parte dos produtores trabalha sozinha ou com recurso à força de trabalho familiar.

O destino da produção das zonas verdes é primeiramente a comercialização, feita à porta da machamba a intermediários, embora, principalmente as mulheres, também produzam para o consumo. Em geral, os lucros da produção são aplicados no investimento para a produção e no reforço do orçamento familiar.

Os produtores associados não têm segurança de posse de terra porque, por um lado a terra pode ser arrancada ao produtor caso não faça o aproveitamento nem cuide da parcela, e por outro, porque à excepção da associação Força do Povo, nenhuma outra associação possui título de terra.

Concluimos que a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 permite-lhe aceder ao poder a nível da associação, através da participação no processo de tomada de decisões e da ocupação de cargos com valor socialmente reconhecido como a presidência da associação, quebrando com a invisibilidade social da mulher característica do modelo patriarcal, um aspecto fundamental para a minimização da sua exclusão social.

Ao nível do agregado familiar, a participação produtiva da mulher nas associações de produtores das zonas verdes do DU5 contribuiu para iniciar o processo de construção de novas relações de género. O que se verifica é que, com esta participação produtiva, a mulher ganha gradualmente acesso a recursos monetários, provenientes da comercialização da sua produção. Com estes recursos monetários, a mulher contribui para o agregado familiar em pé de igualdade ou de uma forma mais importante que o homem, de um modo que é socialmente reconhecido, deixando de ser apenas um simples membro da família e adquirindo uma existência social, ainda que esse reconhecimento não se verifique ao nível da divisão de tarefas em casa.

Entretanto, é preciso realçar que as relações desiguais entre a mulher e o homem não se quebram totalmente com a independência económica da mulher. É preciso ter em conta muitos outros factores de ordem sócio-cultural e política que contribuem para a sua manutenção.

O acesso a recursos como a terra, ainda que não permita o seu controle, numa sociedade onde os rendimentos do agregado familiar dependem de várias fontes de rendimento, e considerando que a maior parte dos associados são mulheres, muitas idosas e sem escolarização (e portanto com poucas possibilidades de acesso a um emprego assalariado), é um aspecto a valorizar para melhorar o rendimento dos agregados familiares; na medida em que o trabalho das associações permite também à mulher o acesso a várias formas de poder, através das lideranças, esta situação vai contribuir para o surgimento de rupturas de, como diz Casimiro¹¹¹, '*uma cidadania socialmente restricta e fragmentada*' e a emergência de elementos emancipatórios –

¹¹¹ Casimiro, 1999:12.

capacidade de poder tomar decisões, que contribuirão para um empoderamento gradual da mulher.

Convém também mencionar que a falta de acesso a outros recursos como por exemplo o crédito e a falta de controle desses recursos, limitam também essas capacidades de diminuição do processo de exclusão social. Sem esquecer, que a actividade produção agrícola e a sua comercialização não pode ser avaliada se não for tomado em consideração o contexto de uma economia global em que Moçambique se insere, que restringe a tomada de decisões sobre certos aspectos e limita as capacidades das mulheres.

FONTES CONSULTADAS

1) Fontes Orais

a) Informantes chave entrevistados

1. Paulo Mhula, administrador do Distrito Urbano nº5, 24/07/2002
2. Fernando Gonçalves Banze, Director da Casa Agrária do Jardim, 28/02/02
3. Ismael Ossemane, coordenador executivo da UNAC, Novembro/00
4. Eusébio Tembe, Chefe da Pecuária na Casa Agrária do Jardim, 29/02/02
5. Manuel Juma, Chefe da Planificação na Casa Agrária do Jardim, 29/02/02
6. Berta Matebule, Responsável pelo aprovisionamento e Secretária na Casa Agrária do Jardim, 29/02/02

b) Produtores entrevistados

1. Alcinda Julieta de Lima, produtora no bairro do Zimpeto, 14/02/01
2. Ana Alberto Matusse, produtora na Associação Força do Povo do bairro George Dimitrov, 01/02/02
3. Ana Fernando, produtora na Associação Augusto Chirute no bairro de Inhagóia, 25/02/02
4. Angelina Massinga, produtora e presidente do Centro de Produção das mulheres do Zimpeto, 14/02/02
5. António Abrão Nhatave, produtor e presidente da Associação Marcelina Chissano de Bagamoyo, 15/02/02
6. António Faftine Matusse, produtor e chefe de produção da Associação Marcelina Chissano de Bagamoyo, 15/02/02
7. Bernardo José Vilopuane, produtor no bairro Luís Cabral, 07/02/02

8. Catarina Alberto Fumo, produtora e tesoureira da Associação 19 de Outubro do bairro 25 de Junho, 19/02/02
9. Catarina Lucas Pinto Nhampossa, produtora no bairro de Magoanine, 22/02/02
10. Fabião Paúnde, produtor, Mobilizador e Chefe de Produção da Associação Marcelina Chissano do Zimpeto
11. Finiosse Milice Muchango, presidente da Associação Josina Machel do Zimpeto
12. Inês Armando alargada, monitora agrária da Casa Agrária do Jardim afecta ao bairro de Zimpeto, 06/02/02
13. Isabel Timane, produtora, chefe de produção e tesoureira da agricultura no Centro de Produção das mulheres do Zimpeto – OMM, 14/02/02
14. Joana Matine, produtora no Centro de Produção das mulheres do Zimpeto – OMM, 14/02/02
15. Judite Moisés Hunguane, presidente da Associação Janet Mondlane do Zimpeto
16. Laura Mahumane, produtora e tesoureira da Associação 25 de Setembro do bairro Luís Cabral, 07/02/02
17. Reci Bahule, produtora no bairro de Magoanine, 22/02/02
18. Savate Levi Mazivila, produtora no bairro do Zimpeto, 05/02/02
19. Virgínia Fernando Mulungo, produtora no bairro de Magoanine, 22/02/02
20. Virgínia Timane – Presidente da Associação Marcelina Chissano do Zimpeto

c) Histórias De Vida

1. Amélia Armando, produtora na Associação 25 de Setembro do bairro Luís Cabral, 07/02/02
2. Francisco Mangue, produtor e chefe de produção na Associação Augusto Chirute do bairro de Inhagóia

3. Jaime Simião Ngongole, produtor no bairro do Jardim, 11/02/02
4. Júlia Afonso Tembe, produtora no bairro do Zimpeto, 05/02/02
5. Zeres Simeão Nhancale, produtora e presidente na Associação Força do Povo do bairro George Dimitrov, 01/02/02

2) Fontes Escritas

□ Relatórios não publicados

- Akesson, G. *Documentos sobre o trabalho sociológico nas Zonas Verdes da Beira*. Documentos de trabalho, Agosto 1986 – Julho 1988. Monap, Projecto 22, Apoio às Zonas Verdes na Beira.
- Francisco, A.S., Ribeiro, A.M., Pancas, M., Baptista, B. 1987. *Estudo do sistema de mercado de hortícolas e frutas e impacto da liberalização dos preços. Cidade de Maputo e sua zona de influência*. Relatório Final. Maputo: Equipa de Estudo.
- Gabinete das Zonas Verdes de Maputo. 1990/1991. [s/t]. mimeo.
- Gabinete das Zonas Verdes de Maputo. 2000. *Informe Geral*. Maputo: GZV.
- Lubbock, A. 1991. *“Zonas Verdes de Maputo”: O impacto do projecto nas mulheres*. Verificação de uma metodologia de avaliação. Roma: Fundação Censis.
- Massingarella, C., Ossemane, I, Vugt, A. s/d., “Situação das associações de produtores do sector familiar no sul de Moçambique”, Maputo, UNAC.
- Mejia, M. 2000. *Dinâmicas locais nas associações de camponeses do Distrito de Manhica (Província de Maputo)*. Relatório de Investigação. Maputo: UEM/ CEA/ Programa Mulher/ Movimondo/ Molisv – Cooperação Italiana.
- Pisco, A. 1986. *Experiências de trabalho com camponeses na RPM*. Maputo: Ministério da Agricultura/ Departamento de Desenvolvimento Rural–Projecto 7.

- Raffi, L.; Teyssier, S. 1988. *Produção agrícola familiar, diferenciação tipológica e modelização do comportamento empresarial: draft report do PI-ZVD4 – 1ª fase*. Vol.1. Maputo: Faculdade de Agronomia – UEM/ Gabinete das Zonas Verdes de Maputo.
- República Popular de Moçambique/ União Geral das Cooperativas do Maputo (Zonas Verdes). 1986. "A experiência do engajamento da mulher na cidade do Maputo". Documento nº2, In. *Seminário "A mulher e a reconstrução nacional"*, Maputo, 17 a 21 de Março, 1986.
- Sambane, L. *Boletim de Informação nº 1/88 do Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Maputo*. Maputo, Julho de 1988.
- Santos, B.S. et. al. 2000. *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Relatório de pesquisa, Maputo/ Coimbra.
- Roth, M. et. al. 1995. *Land markets, employment, and resource use in the peri-urban green zones of Maputo, Mozambique: a case study of land market rigidities and institutional constraints to economic growth*. Land Tenure Center/ University of Wisconsin – Madison. LTC Research Paper 123.
- Silva, C. 1996. *Seminário "Sistemas, instituições e crédito para os pobres"*. *Relatório do Estudo Preparatório*. Maputo, Fevereiro.
- Silva, T. C. e, et. al. *Carências sociais na periferia da cidade de Maputo: os casos de Chamanculo, Albsini e Zimpeto*.
- UGC. 1998. *Folha Informativa*. Maputo: UGC.
- UGC. 1999. *A UGC*. Maputo-Moçambique. Mimeo.

□ **Teses e artigos não publicados**

- Assane, B. 1999. “Crédito aos pequenos agricultores: disponibilidade, necessidades, problemas”. Tese. Licenciatura. Faculdade de Economia. UEM
- Casimiro, I. 1999. “Paz na terra, guerra em casa’: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique”. Tese de Mestrado em Sociologia. Universidade de Coimbra.
- Chichava, J. s/d. “Agricultura: caracterização, estrutura, políticas agrárias e outros aspectos relevantes”. mimeo.
- Christie, F. M. 1996. “Urban Agriculture in Maputo. Thesis, Master, University of Witwatersrand.
- Francisco, António da Silva. 2000. “Reestruturação económica e desenvolvimento de Moçambique”. In Santos, B.S. et. al. 2000. *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Relatório de pesquisa, Maputo/ Coimbra, 7.1-7.64.
- Laice, A.A.F. 2000. “Evolução das microfinanças em Moçambique: ênfase no microcrédito e na gestão financeira”. Tese. Licenciatura. Faculdade de Economia. UEM.
- Manganhele, A.T. 1999. “Determinantes Principais na participação da mulher no sistema de crédito semi-formal (Estudo de caso das províncias de Maputo e Gaza)”. Tese. Licenciatura. Departamento de Produção e Protecção Vegetal/ Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal/ UEM.
- Muthemba, M.J. 1988. “Cooperativas agrícolas em Moçambique, no pós independência: o caso da Cooperativa 25 de Setembro em Boane”. Tese. Licenciatura. História. Faculdade de Letras – UEM.

- Sumbana, A. 2002. "Mulher e sua afirmação na União geral das Cooperativas Agro-Pecuárias". Tese. Licenciatura. História. Faculdade de Letras-UEM.
- Tinker, I. 1995. "Fazer agricultura na cidade: a agricultura urbana na África Oriental". Centre de recherches pour le développement international. (Traduzido por Manuel G. Mendes de Araújo, Departamento de Geografia/ Faculdade de Letras/ Universidade Eduardo Mondlane).

□ **Artigos publicados**

- Adeyemi, A. 2000. "Urban agriculture: an abbreviated list of references and resource guide 2000". Beltsville, Alternative Farming Systems Information Center. www.nal.usda.gov
- Arnfred, S. "Gênero e Desenvolvimento: discussão e crítica". 1999.
- Ayisi, R.A. 1995. "Supporting women farmers in the Green Zones of Mozambique". *Seeds*, 17.
- Casimiro, I.; Andrade, X. 1992. "Construindo uma teoria de género em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, Novembro, 1992, 11/12, 93-110.
- Castel-Branco, C.N. 1994. "Problemas estruturais do desenvolvimento agrário". In. Castel-Branco, C.N. (Org.). *Moçambique. Perspectivas Económicas*. Maputo, UEM/ Fundação Friedrich Ebert, 31-86.
- Dongus, S. 2000. "Vegetable production on open spaces in Dar Es Salaam – Spatial changes from 1992 to 1999". Dar Es Salaam: Urban Vegetable Promotion Project.
- Hovorka, A. 1998. "Gender resources for Urban Agriculture research: methodology, directory and annotated bibliography". IDRC.

- Madaleno (a), I. "Research Note: Urban agriculture in Belém, Brazil". *Cities*, 2000, vol.17, nº1. 73-77.
- Madaleno (b), I. "Urban Agriculture in Brazil: a tale of two cities". *Triolog* 65, Fevereiro, 2000, 24-27.
- Marshal, J.; Roesch, O. "The 'Green Zones' agricultural perspectives of Nampula city: a new phase in the Mozambican cooperative movement?". *JSAS*, 19 (2), June, 1993, 240-272.
- Mata, F. "Na cidade do grande Maputo: a riqueza verde que urge explorar". *Tempo*, Junho, 1980, 511, 31-36.
- Mougeot, L.J.A. "Urban Agriculture: concept and definition". Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), Cities Feeding People Programme. (www.ruaf.org/1-1/05-07.html)
- Maxwell, Dan. 1994. "Internal struggles over resources, external struggles for survival: urban women and subsistence household production". *Urban Agriculture Notes*. (<http://cityfarmer.org/danmax.html#danmax>)
- O'Laughlin, B. "A questão agrária em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, 3, 1981, 9-32.
- Saul, J. "O estado da Frelimo: da revolução à recolonização". *Arquivo*, Abril, 1994, nº15, 5-41.
- Sawio, C.J. 1993. "Urban Agriculture Research in East & Central Africa: Record, capacities and opportunities". University of Dar Es Salaam: IDRC. (<http://www.idrc.com>)
- Silva, T.C.e. 2002. "União Geral de Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção". In. Santos, B.S. (org.). *Produzir para viver. Os caminhos*

da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 401-434.
(Reinventar a emancipação social para novos manifestos, 2).

- Scott, J. "Género: uma categoria útil para análise histórica". Traduzido por C.R. Dabat e M.A. Avila, do original: Scoot, J. *Gender: an useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.
- Teixeira, R. "As zonas verdes de Tete", *Extra*, 3, Janeiro-Abril, 1990, 27-32.
- Young, K. "Gender and development: a relational approach". Great Britain: Institute of Development Studies (IDS) – Sussex University. (Tradução para a língua portuguesa realizada pelo CEA).

□ Livros

- Abrahamsson, H. & Nilsson, A. 1994. *Moçambique em transição. Um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Trad. Dulce Leiria. Maputo: Padrigu/ CEEI-IRSI.
- Amaral, W. 1995. *Guia para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação*. Maputo: Imprensa da UEM.
- Andrade, X. et. al. 1997. *Families in a changing environment in Mozambique*. Maputo: WILSAMOZ.
- Castel-Branco, C.N. (Org.). 1994. *Moçambique. Perspectivas Económicas*. Maputo, UEM/ Fundação Friedrich Ebert.
- Centro de Estudos Africanos (CEA), Fórum Mulher (FM) e SARDC-WIDSAA. 2000. *Para além das desigualdades: A mulher em Moçambique*. Maputo/ Harare: CEA/FM/SARDC.

- Egero, B. 1992. *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo: AHM. (Estudos, 8).
- FRELIMO. Departamento de Trabalho Ideológico. *Directivas Económicas e Sociais*. Documentos do 3º Congresso da Frelimo.
- Gil, A.C. 1991. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ªed. São Paulo: Editora atlas S.A.
- Hoile, D. 1994. *Mozambique, 1962-1993. A political Chronology*. London: The Mozambique Institute.
- Instituto Nacional de Estatística. 1997. *II Recenseamento geral da População, Resultados Definitivos – Cidade de Maputo*.
- Loforte, A.M. 2000. *Género e poder entre os tsonga de Moçambique*. Maputo: Promédia. (Identidades, 3).
- Lopes, A.J.; Siteo, S.J.; Nhamuende, P.J. 2002. *Moçambicanismos. Para um léxico de usos do português moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária/ Universidade Eduardo Mondlane.
- Moore, H.L. 1999. *Antropología e feminismo*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Negrão, José et. al. 1998. *Relações de género de Moçambique*. Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM.
- Quivy, R.; Campenhoudt, L.V. 1992. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Richardson, R.J. et. al. 1999. *Pesquisa social. Métodos e técnicas*. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Atlas S.A.

- Santos, B.S. (org.). 2002. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos, 2).
- Sheldon, K.E. 2002. *Ponders of Grain. A history of women, work, and politics in Mozambique*. Portsmouth, Heinemann.
- Waterhouse, R; Vijfhuizen, C. (eds). 2001. *Estratégias das mulheres, proveito dos homens. Género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo: NET/ FAEF-UEM/ ActionAid-Moçambique.

□ **Legislação**

- Assembleia da República. 1997. "Lei nº 19/97, de 1 de Outubro". In. Legislação sobre terra. Regulamento da Lei de Terras.
- Conselho de Ministros. 2001. "Proposta de Lei que altera o Código Civil no que respeita as normas reguladoras das relações de família e do Direito de Família". AR-V/prop./156/10.08.2001.
- Lopes, J. 1998. *Legislação Autárquica de Moçambique*. Coimbra: Centro de Estudos em Formação Autárquica (CEFA). (Palop1).
- Município de Maputo/ Assembleia Municipal. "Resolução nº50/AM/2001 de 24 de Dezembro". Maputo.

ANEXOS

Lista de Anexos

Anexo 1. Guião das Entrevistas Semi-Estruturadas

Anexo 2. Guião das Histórias de Vida

Anexo 3: Lista dos Funcionários da Casa Agrária do Jardim

Anexo 4: Principal época de colheita para alguns produtos hortícolas e frutas de Moçambique

Associações de produtores Familiares Distrito Urbano 5



Associação Josina Machel

ZIMPETO

Associação Marcelina Chissano do Zimpeto
Centro Agro-Pecuário das Mulheres da OMM

MAGANINE

Associação Janet Mondlane

Associação Força do Povo

MALHAZINE

GEORGE DIMITROV

Associação Marcelina Chissano de Bagamotó

BAGAMOTÓ

Associação 19 de Outubro

25 DE JUNHO Casa Agrária do Jardim
25 DE JUNHO B

Administração DU5

Associação Augusto Chirite
INHAGÓIA A
INHAGÓIA B

JARDIM

Associação 25 de Setembro

LUIS CABRAL

Fonte: Trabalho de campo, Dep. Geografia

Legenda

— Curso de água

▭ Área da Estudo

▭ Oceano

Associações de produtores familiares: Distrito Urbano 5

● Administração

● Associação

● Casa Agrária



OCEANO INDICO

Anexo 1. Guião das Entrevistas Semi-Estruturadas

Nome

Idade

Escolaridade

Profissão

Naturalidade

Estado Civil/ Idade do outro cônjuge/ Profissão do outro cônjuge

Forma de Casamento/ Tipo de família/ Quem é chefe de família

Nº de filhos/ Sexos/ Idades/ Profissões/ Estado Civil

Características da produção

- Desde quando é que produz nas zonas verdes?
- Que tipo de actividade desempenha nas zonas verdes?
- O que produz? Qual o destino da produção?
- Onde vem o dinheiro investido na produção nas zonas verdes?
- Quem controla os rendimentos provenientes da agricultura nas zonas verdes? E de outras actividades que não a agricultura? Como é que esse dinheiro é aplicado na família? Quem controla e toma as decisões sobre o orçamento em casa?
- Quem joga que papel na tomada de decisões ou no processo de resolução de conflitos familiares?

Divisão de trabalho

- Qual a divisão de trabalho na família relativamente à segurança alimentar (ex. Plantar, colher, comercializar, fazer compras, preparar a comida, distribuir os alimentos, etc.)? Quanto tempo é gasto em cada uma destas actividades?
- Quem ajuda as principais pessoas responsáveis por alimentar os membros os membros da família (Ex. Crianças de que idade/ sexo; velhos; etc.)
- Qual o papel das crianças do sexo masculino/ feminino na família? Quanto tempo gastam para assegurar os alimentos ou para gerir rendimentos (vender) para a família?
- Normalmente, quem gere a comida ou as sementes? E numa época de emergência como por Ex. desastres naturais, guerra, etc., quem gere a comida ou as sementes?

- Os seus filhos estudam? Qual o seu nível académico? Quanto tempo os rapazes e as raparigas gastam na escola?

Recursos

- A que tipo de recursos, serviços e inputs homens e mulheres agricultores têm acesso e controle (terra, equipamento, instrumentos, empregados, dinheiro/ crédito, habilitações que lhe permitam obter emprego, oportunidades de emprego, etc.)?
- A que tipo de recursos políticos homens e mulheres têm acesso e controle (organizações, liderança, educação, informação, experiência da esfera pública, auto-confiança, credibilidade)?
- Quais as implicações destas qualidades para atingir as suas metas ou respeito social?
- Que benefícios os homens/ as mulheres têm destes recursos?
- Como é que homens/ mulheres são afectados pela escassez/ excedente de um recurso particular? Como isto afecta a divisão de trabalho e o tempo para outros compromissos/ actividades?
- Quem é o dono da terra usada para a agricultura? Quem controla a terra e as fontes de água? Quem tem acesso?
- Qual o relacionamento entre donos (as) de terras e camponeses (as)?
- Que tecnologia é usada na produção? Onde encontram essa tecnologia? Quem usa essa tecnologia? Quem não usa e porque?
- Quem fabrica os instrumentos usados na agricultura?
- Em que porção o orçamento doméstico é usado para comprar tecnologia? Onde é que a família obtém esses recursos financeiros?
- Que habilidades são aumentadas pela formação e/ou serviços de extensão?

Informação e rede comunitária

- Quem tem acesso à informação na agricultura urbana (Ex. novas tecnologias, métodos de plantio)?
- Quantas associações existem neste local? São grupos formais ou redes informais? Quem são os membros?

- Como são divididos entre os homens/ mulheres membros das associações as actividades, responsabilidades, processo de tomada de decisão, lucros?
- Que outras ONG's ou outras instituições assistem os agricultores?
- Que outras actividades desempenha na comunidade? Como começou o trabalho na comunidade? Porque?
- Acha que o seu papel é valorizado na família e na comunidade?
- Que alterações vê na sua família desde que começou a praticar a agricultura? Exemplos.
- Quais as principais dificuldades que enfrenta nas zonas verdes? Quais as vantagens de estar nas zonas verdes?

Anexo 2. Guião das Histórias de Vida

Dados pessoais

Nome

Idade

Escolaridade

Profissão

Naturalidade

Estado Civil/ Idade do outro cônjuge/ Profissão do outro cônjuge

Forma de Casamento/ Tipo de família/ Quem é chefe de família

Nº de filhos/ Sexos/ Idades/ Profissões/ Estado Civil

A que nível social pertence a família

- Desde quando é que produz nas zonas verdes?
- Que tipo de actividade desempenha nas zonas verdes?
- Como teve acesso à terra?
- Como foi se desenvolvendo a actividade produtiva ao longo do tempo que está nas zonas verdes (ter em conta diversos aspectos socio-políticos como secas, cheias, a guerra, o PRE, o Acordo Geral de Paz, as eleições)?
- Como se foram desenvolvendo as relações com o mercado?
- Como se desenvolveram as relações conjugais (antes de entrar na associação, à entrada, actualmente)?
- Que papel desempenha na associação? Como teve acesso?
- Relação com os colegas das zonas verdes.
- Que actividades desenvolve na comunidade? Como começou a trabalhar na comunidade? Porque? Foi necessária a ajuda do outro cônjuge?
- Qual é a aceitação da comunidade? Porque?
- Está satisfeito com o trabalho das zonas verdes? Porque?
- O seu papel é valorizado pela comunidade?
- Que alterações vê na sua família desde que começou a praticar a agricultura? Exemplos.
- Quais as principais dificuldades que enfrenta nas zonas verdes? Quais as vantagens de estar nas zonas verdes?

Anexo 3: Lista dos Funcionários da Casa Agrária do Jardim

a) Direcção

Fernando Gonçalves Banze (Director e Responsável pela agricultura)

Eusébio Tembe (Chefe da Pecuária)

Manuel Juma (Chefe de Planificação)

Berta Matebule (Responsável pelo Aproveitamento, Secretária)

b) Monitores e áreas a que estão afectos

Manuel Matapane (Bairros George Dimitrov e Zimpeto)

Inês Armando (Bairro do Zimpeto)

Dúlia Miguel (Bairro Luís Cabral)

Maria Bernardo (Bairro do Jardim)

Alvina Zandamela (Bairro do Zimpeto)

Helena Timane (Bairro do Bagamoio)

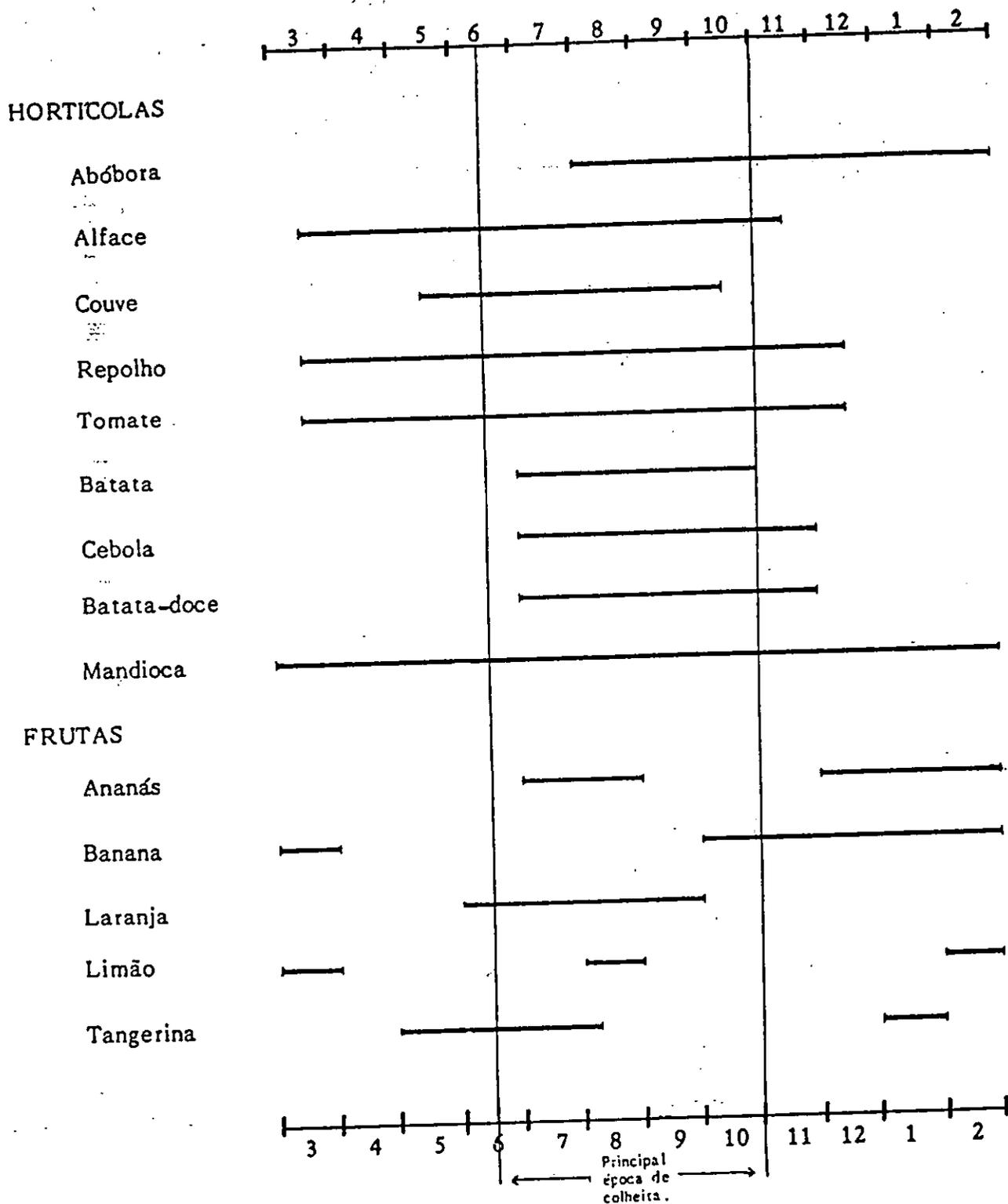
Gina Nhaca (Bairro 25 de Junho)

Filipe Vasco (Bairro de Magoanine)

Carlota Fabião (Bairro de Inhagóia)

ANEXO 4

PRINCIPAL ÉPOCA DE COLHEITA PARA ALGUNS PRODUTOS HORTÍCOLAS E FRUTAS EM MOÇAMBIQUE



Fonte: FRANCISCO, A. et al. 1987. "Estudo do sistema de mercado de hortícolas e frutas e impacto da liberalização dos preços. Cidade de Maputo e sua zona de influência. Relatório Final. Maputo: Equipa de estudo.